



ATA DA 357ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
LONDRINA

(22/05/2024)

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e trinta minutos, no auditório do SAMU de Londrina, atendendo a convocação feita por meio do Ofício Circular nº 005/2024/GAB/CMS e após a constatação do quorum mínimo necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde de Londrina para a sua trecentésima quinquagésima sétima reunião ordinária. A presidente **Rosilene Machado** (SMS) abre a reunião colocando a pauta do dia em discussão: 1. 13h30 - *Aprovação da Pauta da 357ª Reunião Ordinária do CMS*; 2. 13h50- *Aprovação da Ata da 356ª Reunião Ordinária do Conselho de Saúde*; 3. 14h00- *Apresentação CMDCA*; 4. 14h15- *Comissão de Ética*; 5. 14h30- *Comissão de Saúde Mental*; 6. 14h45- *Comissão de Saúde da População Negra*; 7. 15h00- *Resoluções Ad Referendum-SESA- Evellin Gorckis*; 8. 15h15- *Análise e Parecer dos Projetos de Lei nº 10/2024 e nº 13/2024*; 9 . 15h30- *Apresentação da LDO- Lei De diretrizes Orçamentária/2025-Evellin Gorckis*; 10. 15h45-*Intervalo* 11 . 16h00- *Ratificação da Declaração Técnica e Convenio-Hoftalon-Dionatan Ferreira Catarino e Mario Bosso*; 12. 16h30- *Projeto Dengue e Dados Atualizados*; 13. 17h00- *Apreciação do Relatório Quadrimestral- Evellin Gorckis*; AMS: *Ofício/CI 12854940 SEI 60.014112/2024-19 / pg. 1* 14. 17h20- *Aprovação da Comissão Eleitoral*; 15. 17h35- *Informes*; 16. 17h45- *Teto máximo para encerramento*. O 1º vice-presidente **Reilly Aranda (HZN)** diz entender que o conselho é um espaço democrático, de discussões, mas tem sido muito recorrente o CMS não conseguir dar conta da pauta e deixar muita coisa para a reunião seguinte, chegando ao ponto desta reunião ter 17 pontos de pauta, portanto, se os conselheiros não forem muito objetivos, não vai ser possível vencer a pauta novamente, então gostaria de pedir a colaboração de todos e se possível o conselheiro não se prolongar muito e ser objetivo em suas colocações. Reilly prossegue e diz que na reunião passada se comprometeu que a partir desta reunião faria uma ata resumida e aprovaria já na própria reunião, mas como esta reunião está com a pauta muito grande, a executiva entendeu que começar a fazer isso nesta reunião poderia deixar ela ainda maior, então fica para a reunião do próximo mês. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** informa que o Hoftalon pediu uma inversão no horário do seu ponto de pauta. A conselheira **Gislaine Dias Elias (AMICAS)** diz que a pauta está muito extensa, com vários assuntos bem importantes, então gostaria de pedir que as pessoas sejam objetivas e que hoje a mesa limite o número de inscrições estipulado para a palavra, para o CMS não ficar se estendendo muito em um só assunto. A presidente **Rosilene Machado** questiona se a conselheira tem um número de inscrições para sugerir. Gislaine sugere o máximo de 4 ou 5 inscrições, já que às vezes a pergunta de um é a mesma que a outra pessoa iria fazer. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** diz que se for seguir o regimento, tem coisa que acabaria não discutindo, porque

regimentalmente uma apresentação ou ponto de pauta teria de durar no máximo 50 minutos ou algo assim, mas, dependendo da necessidade acaba deixando passar, o que a Gislaíne está pedindo é que, como a pauta é longa e várias coisas precisam ter quórum para aprovar, e algumas pessoas disseram que vão precisar se ausentar mais tarde por compromissos, que todos possam colaborar, mesmo que não se fixe um número de inscitos, que o conselheiro veja se o colega já falou aquilo que ele ia falar e já se sinta contemplado na fala do outro ou apenas possa complementar a fala, para que o conselho seja mais objetivo, pois tem muita coisa que precisa aprovar hoje. O conselheiro **Edvaldo Viana (Conleste)** pede que a pauta do CMDCA seja mantida para o início da reunião, pois o senhor Cláudio Mello que vai fazer a explanação tem um compromisso. Viana diz que como a pauta está muito extensa, vai deixar seu pedido sobre a viagem para Curitiba para o próximo mês, porque não pode deixar acontecer o que aconteceu na Conferência de Saúde Mental, onde mulheres saíram daqui dez horas da noite e foram tomar banho só no outro dia às onze da noite, então o CMS tem de discutir isso na próxima reunião. O conselheiro **Laurito Porto de Lira Filho (SEEB-LD)** diz que Comissão de Saúde Mental fez o trabalho de analisar o pedido de parecer da Câmara de Vereadores sobre o PL 050/204 da vereadora Jessicão, e vai pedir a dilatação do prazo para apresentar o parecer na próxima reunião. O conselheiro **Edvaldo Viana (Conleste)** pede um esclarecimento, inclusive conversou com a presidente sobre a questão dos dados do CAPS que está pedindo desde janeiro, para que o CMS possa ter uma ideia qual seria o próximo CAPS a ser implantado no município. Foi relatado que isso foi encaminhado à Comissão de Saúde Mental, então gostaria de saber se a comissão recebeu estes dados ou se eles vão ser apresentados hoje aqui no conselho. A presidente **Rosilene Machado** questiona se a Comissão de Saúde Mental fez a análise destes dados, pois pelo que sabe hoje vai ser apresentado alguns dados na pauta da Comissão de Saúde Mental, então nessa pauta eles podem esclarecer. A presidente **Rosilene Machado** propõe que a pauta “Ratificação da Declaração Técnica e Convênio-Hoftalon” seja antecipada para o 4º ponto da pauta. O conselheiro **Edvaldo Viana** pede um ponto de pauta para uma fala de 5 minutos de representantes do Jd União da Vitória a respeito de problemas na UBS do bairro. A presidente **Rosilene Machado** diz que eles podem fazer sua fala dentro da pauta “Informes”. Não havendo mais apontamentos, o CMS aprova a pauta com as alterações propostas. Na sequência o CMS passa a discutir o item “Aprovação da Ata da 356ª Reunião Ordinária do CMS. 356 da reunião ordinária do Conselho de Saúde. O conselheiro José Giuliangeli (Crefito) diz que observou que o secretário da mesa tem falado de fazer a transcrição da ata em tempo real, mas, analisando a ata enviada pela secretaria do CMS, pensando que o Conselho Municipal de Saúde precisa de fato seguir o esmero da transparência, publicidade, eficiência, eficácia e efetividade, entende que nenhuma ata pode ser transcrita se não for na íntegra, porque o CMS é muito importante para o município e faz parte de uma história, quando você coloca alguém para relatar uma ata com uma fala gravada que está sendo transmitida pelo YouTube, esses documentos ficam falhos, então ata transcrita na íntegra é uma ferramenta importantíssima para a construção da história política de saúde do município de Londrina, portanto, gostaria de fazer essa ponderação, porque se ocorrer da ata começar a ser lavrada aqui, se escreve o que quer, mesmo que se queira ter bom entendimento e escrever aquilo que tem que ser escrito, muitas vezes não se consegue colocar os detalhes mais importantes de uma reunião, mas a ata 356ª está bem redigida. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** coloca que o que está sendo discutido no momento é a questão da ata da 356ª Reunião Ordinária, então gostaria de saber se o conselheiro tem alguma correção a fazer, pois a votação era se alguém queria alguma correção, a questão da ata reduzida foi discutido na outra reunião do CMS e foi aceito fazer essa tentativa, pois a reunião é gravada, então muitas vezes, se tiver alguma dúvida, é

só pedir a gravação, como o CMS tem cedido quando o próprio conselheiro Zezinho pede, então é uma tentativa de ficar uma ata mais organizada, mais sucinta, no sentido de que o que foi aprovado e o que foi discutido, mas então o CMS vai ter que pautar uma discussão sobre isso, mas não hoje. O conselheiro **Edvaldo Viana** diz que tem algumas coisas a observar, mas nada que fira a veracidade da ata, então queria apenas ver se é possível que as atas viessem com linhas numeradas, isso foi discutido na reunião passada, então está reforçando o pedido. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** responde que isso só será possível se mudar o padrão e não ser mais por assinatura eletrônica, mas toda a prefeitura utilizando o sistema SEI e ele não permite a colocação de linhas numeradas, algo que o Anderson já explicou na outra reunião, então só se tentar enumerar à mão e mandar para o CMS, isso se houver realmente essa necessidade, mas a secretaria pode estar verificando essa questão. Não havendo mais apontamentos o CMS aprova a ata da 356ª Reunião Ordinária do CMS. Os trabalhos seguem e o conselho passa ao ponto de pauta "Apresentação CMDCA". O senhor **Claudio Melo**, presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, faz uso da palavra e inicia dizendo que faz parte da sociedade civil, trabalha há 20 anos na Guarda Mirim de Londrina, que trabalha com cerca de 1.460 crianças e adolescentes em Londrina em cinco unidades de atendimento, fazendo parte da rede socioassistencial aqui no município. Como presidente, representando a sociedade civil no conselho, solicitou ao Viana um tempo para conversar com o CMS, pois todos estão preocupados com várias questões relacionadas à saúde mental, inclusive ouviu alguns conselheiros falando sobre as comissões, mas na verdade, hoje veio falar um pouquinho do CMDCA e também agradecer ao CMS pela acolhida, pois falar de criança e adolescente é algo que faz parte de todas as políticas, então o CMDCA é transversal e está em todas as políticas. Às vezes são contestados lá sobre o que tem a ver o PROCOM com Criança e Adolescente nas prestações de conta, mas tem a ver sim, pois várias questões relacionadas a crianças e adolescentes estão em todas as políticas, então a ideia é se aproximar do CMS para poder entender um pouco o que está sendo trabalhado no município em relação a saúde mental, pois como atendem a rede socioassistencial, atendem também as crianças que estão na educação e por isso vão ter uma pauta lá também, então a intenção é pelo menos apresentar a proposta do conselho, para que se estreite essa conversa sobre saúde mental aqui no município. Cláudio prossegue e diz que tem percebido muito, in loco, não foi ninguém que contou, questões relacionadas não só para criança e adolescente, mas para os adultos também, então está aqui para trazer primeiro o apoio do CMDCA nas discussões que demandam o CMS, além disso, participar também dessas discussões, então o objetivo é o mesmo e o CMDCA se coloca a disposição para participar dessas discussões. Uma das questões que foram discutidas lá nessa reunião que o Viana estava é a de criança e adolescente relacionada à saúde mental, isso está muito latente nesse momento, então várias entidades os procuraram, vários serviços, serviços públicos inclusive, perguntando no que o CMDCA pode apoiar, então nós estamos em busca de informações, inclusive mandaram para a SMS uma solicitação de informações relacionadas à saúde mental no município, e não sabe se o CMS tomou conhecimento disso ou não, então está informando que já foi solicitado essas informações, para que se comece um trabalho dentro do CMDCA, vão até destacar uma comissão para trabalhar isso. Uma outra questão também que ficou de trazer, e aí parece que a saúde também vai participar, é que no dia 27 começa uma reunião para a construção do "Plano Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Uso de Substâncias Psicoativas", quem está puxando isso é a 22ª Promotoria e isso é de suma importância e tem a ver também com questões de saúde mental, com a participação da assistência, educação, saúde, defesa social, Ministério Público e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas não sabe se o CMS foi chamado para participar ou não, se o CMS vocês entenderem que é

importante participar pode conversar com a 22ª Promotoria para que estenda o convite para o CMS, pois tem tudo a ver com o que o CMS está discutindo. Cláudio finalizar diz que o CMDCA tem várias comissões que, neste momento, estão também trabalhando, comissão de fundo, comissão de legislação, entre várias outras permanentes, mas também outras comissões temporárias que culminam em várias ações no município, uma delas foi no sábado agora, dia 18 de maio, com o dia de enfrentamento a abuso e violência sexual contra criança e adolescente, com um evento na concha acústica que foi um espetáculo, foi uma coisa maravilhosa, um momento de tomar consciência, junto com as crianças e adolescentes, dessa temática que é tão importante, então gostaria de agradecer ao CMS pelo espaço e dizer que o CMDCA vai oficializar todas estas questões ao CMS. A presidente Rosilene Machado agradece a presença do senhor Cláudio e por ele ter se disponibilizado a falar num tempo limite, no plano tem as ações intersetoriais e realmente é preciso crescer nessa questão das ações intersetoriais. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB-LD)** diz que é preciso fazer um resgate dessa situação da transversalidade, pois quanto estava na presidência do CMS, junto com o Dácio do Conselho do Idoso, foi feito um esforço para criar o fórum dos conselhos, onde pelo menos o presidente fizesse as reuniões para discutir essa transversalidade, então vale esse esforço dos presidentes de conselho para resgatar isso, na época conseguiram fazer um movimento de defesa dos conselhos de um ataque de um vereador em Londrina, foi feita uma moção de repúdio a esse vereador para impedir, inclusive, alterações de lei que dificultariam a atuação dos conselhos que têm a condição de ser deliberativo, então vale a pena a resgatar novamente isso para discutir essas pautas transversais. O conselheiro **Custódio Amaral** diz que o assunto apresentado é de suma importância, as crianças e adolescentes são os futuros do país, então gostaria que se agendasse uma pauta para o CMDCA fazer uma apresentação com um pouco mais de tempo e para que os conselheiros levem isso para seus os bairros. O conselheiro **Marco Modesto (Sindserv)** sugere que a pauta seja encaminhada também para o Conselho Municipal de Educação, e também a título de sugestão, como está se falando de saúde mental da criança e adolescente, seria interessante discutir também sobre o uso do celular e redes sociais, que tem causado problemas familiares, na questão de educação com a criança e do adolescente. Cláudio Mello diz que é essencial que essas pautas sejam levantadas por meio da transversalidade dos conselhos, então a ideia é se aproximar dos conselhos, trabalhar com a realidade, entender o que está acontecendo, o conselho, como ele é transversal, ele é consultivo, deliberativo, ele não está só numa política, mas em todas as políticas, até para poder entender o que está acontecendo, e quando o Laurito diz que esses ataques, essas coisas todas que os conselhos já sofreram, a ideia é de manter a sociedade civil no conselho exatamente por isso, para continuar com essas lutas diárias que nunca acabam e não vão acabar, mas para tentar pelo menos amenizar, mas agradece e deixa o CMDCA a disposição para qualquer pauta relacionada à criança adolescente e famílias, porque também tem essa questão, que se fala da criança adolescente, mas está se falando da família, não existe a criança adolescente sem a família ou sem o acolhimento, seja lá o que for, alguém está cuidando dessa criança, então é preciso pensar vários aspectos, então, como é transversal, o CMDCA está disponível para discutir se o CMS tiver pauta, pedidos de informação e tudo mais que precisar. A presidente **Rosilene Machado** diz que o CMS vai fazer um ofício pedindo uma pauta para iniciar essa discussão, também em relação à rede social, sendo que alguns membros aqui participam do CMDCA, na atenção primária, tem uma representante, a Nádia, a Josiane do CAPS-I, então já tem esse trabalho e aí tem essa questão do plano que vai ter que discutir, mas já fica como pauta para discussão na Comissão de Saúde Mental. Dando sequência aos trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta Ratificação da Declaração Técnica e Convênio do Hoftalon-

Dionatan Ferreira Catarino e Mario Bosso. Dionatan - coordenador de relações institucionais e ouvidoria do Hoftalon-, faz uso da palavra e diz que está junto com o Onivaldo que é o gestor administrativo-financeiro do Hoftalon, e primeiramente queria agradecer a participação de todos aqui, pois conhece a política do SUS e sabe que realmente ela só foi construída através de muito embate, muita luta, e com a participação da comunidade civil nesse processo, então, visando realmente a transparência dos processos, algo essencial e importante para a essa construção, a intenção é mostrar que o Hoftalon é muito transparente nas suas ações, por isso vieram falar um pouco nessa prestação de contas, todos sabem que a região tem seus representantes nas esferas política, deputados, parlamentares, e eles auxiliam o Hoftalon e outras entidades na captação de recursos e na destinação. Dionatan realiza então a seguinte apresentação: [Apresentação Hoftalon](#). A conselheira **Adriane Loper** coloca que representou o CMS em uma visita ao Hoftalon para verificação in loco dos equipamentos adquiridos que foram apresentados pelo Dionatan e o Onivaldo e isso consta em sua apresentação: [Visita Adriane Hoftalon](#). A presidente **Rosilene Machado** explica que a função do CMS hoje é ratificar a declaração que o Hoftalon fez ao Ministério de que eles cumpriram os convênios, a Adriane foi até o hospital representando o conselho e colaborar com a ratificação, então por favor que todos se atenham a pauta que é ratificar ou não, portanto, que as perguntas sejam referentes ao tema apresentado. O conselheiro **Edvaldo Viana (conleste)** diz que conversou com a secretária Sandra, como essa apresentação era para ter sido feita o mês passado o material já tinha sido enviado, então gostaria de pedir que da próxima vez que acontecer isso, pois neste mês não veio o material, mesmo que já tenham mandado o material no mês passado, se a pauta é para hoje, que encaminhe novamente, porque não guarda material de um mês para o outro, então não vai ter nenhum questionamento já que não está em posse do material. A conselheira **Nadya Pelizzari (CRP)** diz que em relação à manutenção, pois pelo que entendeu esses equipamentos são bem caros, então existe previsão de recursos, esses recursos são próprios ou tem também recurso para a manutenção desses equipamentos. Onivaldo responde que a manutenção acaba sendo por meio de recurso próprio, existe um setor de engenharia clínica do próprio hospital, o qual realiza essas manutenções, logicamente a maioria desses aparelhos vem com garantia de fábrica, mas há um período de depreciação, a partir daí a manutenção é recurso próprio. A presidente **Rosilene Machado** esclarece ao conselheiro Viana que a apresentação foi encaminhada por e-mail. O conselheiro **Custódio Amaral (Unimol)** agradece a apresentação do Hoftalon, mas tem uma reclamação a fazer: eles recebem verba do estado, município e união, então queria saber no contrato que eles tem com a prefeitura é de quantas consultas/mês, porque cada consulta provavelmente lá na frente se transforma em cirurgia, ou boa parte delas, no seu caso fez uma cirurgia de um olho há três anos e foi agendado para fazer do olho direito, mas entrou a pandemia, não foi feito e teve que começar do zero na UBS e ir lá no Hoftalon, aí lhe pediram o pós operatório que já está vencendo praticamente os seis meses e vai voltar para o fim da fila, então gostaria de saber qual é o contrato mental que o Hoftalon tem com o município, se são 200, 300 ou 400 vaga, pois já cansou de passar lá às 06h00 e ver uma fila dobrando a esquina, então onde que está indo esse dinheiro do Estado, do Governo e da PML, pois aquele povo sai quatro e meia da sua cidade para ficar ali na fila, às vezes com chuva, frio, são essas perguntas que gostaria de saber as respostas, não precisa ser hoje, é preciso aumentar ou não o procedimento do Hoftalon com a PML, pois não é possível todo dia aquele quarteirão ficar parecendo festa de carnaval de tanta gente. A presidente Rosilene Machado questiona se o conselheiro está esclarecido quanto à prestação de contas, pois quanto a sua fala vai ser encaminhado um ofício para a SMS. O conselheiro Custódio Amaral questiona se a prefeitura tem que contratar mais serviços do Hoftalon. A presidente **Rosilene Machado** responde que não é

possível responder isso para o conselheiro. O conselheiro Custódio Amaral diz que um médico para se formar demora muitos anos e o custo é alto e eles têm que ser bem remunerados, e não está reclamando do procedimento, foi bem atendido lá, não teve problema nenhum, é que tem de ver se precisa aumentar a demanda. Rosilene Machado responde que já se comprometeu a fazer um ofício, fazer essas perguntas para gestão e trazer a resposta para o CMS. O senhor **José Gildo Matias** relata que já esteve no Hoftalon várias vezes acompanhando pessoas, são vários pacientes de Londrina e da região, mas infelizmente percebeu e sentiu agressões de médicos e médicas, a violência, como sempre falar, não é só no Hoftalon, mas em outros setores nesse Brasil, pois é um solidário social e vê pacientes sendo maltratados por médicos, que é uma herança da escravidão, a violência nesse Brasil, até na saúde, comprovadamente pacientes cometem até suicídio, e lá no Hoftalon também ocorre violência na hora dos pacientes serem atendidos, e são eles e elas, ambos os sexos, então gostaria de que seja mais explicado como tratar os pacientes que já vão lá super estressados e ansiosos, e ser mal atendido é pior ainda. Dr^o Nobuaki Hasegawa diz que em relação a fala do Custódio, o Hoftalon trabalha sempre dentro do contrato e ele tem limitações de atendimento de consulta e de cirurgias, e sempre o hospital cumpriu todo o contrato, se tem 204 cirurgias são feitas 204 cirurgias, mas é preciso lembrar que houve uma pandemia que bagunçou tudo, Isso é óbvio, não é questão de o Hoftalon estar demorando ou não estar atendendo, isso é uma questão bem óbvia, mas é fácil, tem o POA que fala justamente quanto o hospital vai ter de fazer e quantos atender, ele não pode atender mais do que foi contratado. Em relação a fala do senhor Gildo que se maltrata no Hoftalon, isso é uma questão pessoal, ideológica, que está se manifestando, e exige que respeitem o Hoftalon, pois trabalham de maneira séria, a pessoa falar que seis horas tem gente, o ambulatório abre às 07h00, se a prefeitura leva os pacientes às 04h00 que culpa o hospital tem, o hospital tem um ouvidor, se tem queixa é só falar diretamente com o ouvidor, e não ficar fazendo discurso ideológico aqui, o que é isso, ficar falando que o Hoftalon trata mal negro, e outra coisa, é tão sério nesta questão do negro que reservou uma vaga da residência médica do MEC para um negro, aliás é a única residência aqui de Londrina que reservou uma vaga para um negro, e depois ainda fica ouvindo discurso ideológico falando que o hospital é escravocrata e que trata mal o paciente, desde quando o Hoftalon trata mal os pacientes, falar que é distratado. A presidente **Rosilene Machado** diz que a função do CMS hoje é olhar para o convênio e ver se o Hoftalon cumpriu, por isso que fez o pedido para todos se aterem ao tema e não lançar coisas que não vão poder ser discutidas e encaminhadas hoje, senão só dá confusão e é desnecessário. Rosilene diz que viu a reclamação do seu Custódio, vai dar o encaminhamento com o Dionatan e ver o que aconteceu. Em relação a fala do Gildo sobre o atendimento, o setor público tem problema e o privado também, pois são pessoas atendendo pessoas, e às vezes as pessoas infelizmente não atendem bem. O Hoftalon tem ido na reunião da CIR, CIB, na regional, porque tem esse desconforto também dos municípios, porque traz todo mundo junto, todo mundo no mesmo momento, então dá conflito mesmo. O Dr. Nobuaki já fez uma apresentação do Hoftalon no ano passado, mas pode ser aberto para ele fazer novamente e trazer a questão do contrato, como funciona o mesmo, o doutor também não precisa ficar nervoso, é porque às vezes a mistura os assuntos, todos sabem do bom atendimento e as dificuldades existentes, o sistema é grande, é muita gente para atender. Rosilene coloca em votação a aprovação da ratificação da declaração da prestação de contas apresentada pelo Hoftalon. O CMS aprova a ratificação com duas abstenções. Dionatan agradece e diz que trabalha na parte de relações institucionais e ouvidoria, o Hoftalon é transparente nas informações, tanto que a ouvidoria do hospital já ganhou um reconhecimento da ouvidoria do Estado diante do nível de satisfação, informações e transparência das informações, mas vai

compartilhar seu contato com a secretaria do CMS e qualquer dúvida pode o procurar e o hospital pode até fazer uma apresentação da parte da ouvidoria e transparência das informações. **Rosilene Machado** responde que o CMS vai programar um dia e convida-los a fazer esta apresentação. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta: Comissão de Ética. O conselheiro **Angelo Barreiros** - coordenador da Comissão de Ética, faz uso da palavra e inicia dizendo que a comissão, em meados de janeiro, recebeu uma denúncia por escrita em envelope lacrado, protocolado no Conselho Municipal de Saúde em em 21 de dezembro de 2023, onde um conselheiro relata o desrespeito à sua pessoa pelo WhatsApp do grupo de conselheiros do segmento de usuários e no seu particular. A denúncia foi lida pela comissão de ética, ouvido os áudios, aí a comissão então solicitou para que houvesse a oitiva dos denunciante e denunciados. Houve a participação, então, da denunciante, onde ela fez os seus relatos, a denunciante que fez a sua apresentação, e após, também foi chamado o denunciante, ou melhor, aquele que fez a denúncia. O mesmo compareceu, e, dentro da situação, ele se calou, manteve calado, não houve nenhuma manifestação. Assim sendo, a comissão reunida, observou o artigo sétimo do capítulo quarto, que trata a pressão e menosprezo de qualquer pessoa, o inciso três, prejudicar deliberadamente a reputação de outros conselheiros ou cidadão, e o inciso sexto, permitir que perseguições de interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com judicionados administrativos, conservadores e outros conselheiros, cabendo à aplicação da penalidade. A comissão em consenso sugere ao pleno que a penalidade de censura pública em assembleia, de assunto publicizado por meio de mídias sociais do segmento de usuários e de outros conselheiros, conforme o inciso terceiro, censura pública em assembleia, artigo quinto, capítulo sexto da aplicação de penalidades do conselho de ética e conduta do CMS. Neste ato, faz então este relato, a comissão é composta por ele mesmo, Angelo Barreiros, pelos conselheiros Edvaldo Viana, Fansley da Silva, Rita Domansky, Vaine Marques, Joelma de Carvalho e a conselheira Nadia que justificou a sua ausência. Foram esses os conselheiros reunidos e que chegaram a essa conclusão de fazer essa aplicação de penalidade, então pede que o conselho delibere se a comissão está realmente correta de fazer essa penalidade. O fato, acredita que vários de vocês já tenham conhecimento, aconteceu via Zap, foi um evento em que o senhor conselheiro Jurandir Pinto Rosa mencionou algumas falácias sobre a pessoa da conselheira Cirlete Marcondes, então esse é o relato e pede para aqueles favoráveis se manifestarem a favor desta penalidade. A presidente **Rosilene Machado** questiona se as duas pessoas envolvidas nesse processo querem se manifestar, pois ela, por exemplo, não entendeu nada, não sabe dos fatos. O conselheiro Laurito Porto diz que está no fundo do auditório não escutou direito a fala do seu Angelo, pois o microfone estava um pouco longe da boca dele, então se pudesse repetir a questão da penalidade seria interessante. A presidente Rosilene Machado diz que a aplicação da penalidade que a comissão está sugerindo é o disposto no regimento da comissão de ética, no capítulo 6, o artigo 5º, que é da aplicação das penalidades, o inciso 3 que é realizar essa censura pública em assembleia. A conselheira **Rita Domansky (HU)** relata que em dezembro, a secretaria do CMS recebeu em um envelope lacrado, uma denúncia da conselheira Cirlete Marcondes, relatando algumas ocorrências no WhatsApp, na qual o conselheiro Jurandir Rosa faz alguns comentários denegrindo, não só a conselheira, como todo o trabalho feito por ela. Isso foi feito não só no WhatsApp do conselho, do segmento de usuários e no geral, isso foi publicizado, então não tem como dizer que é uma coisa que é segredo, entretanto, ela se sentiu ofendida naquilo que faz, porque na oitiva com a comissão ela relatou o trabalho que ela faz há mais de 23 anos na paróquia Nossa Senhora de Lourdes com relação a Pastoral da Família, e no áudio é possível escutar o citado desqualificando o trabalho dela e dizendo que sequer a comunidade a conhece. Rita diz ainda que precisa colocar neste momento

um comentário pessoal, o qual inclusive fez no dia da reunião da comissão, pois pertence a paróquia citada e tem conhecimento que a senhora Cirlete trabalhou intensamente durante a pandemia, muita gente não morreu, não doeu, por conta de tudo que ela fez durante a pandemia com a equipe da Pastoral da Saúde daquela paróquia. Então nesse sentido foi feita a leitura do que ela escreveu, foi feito a escuta e todos os áudios enviados, foi detectado realmente um desrespeito por parte do outro conselheiro, e, fazendo as oitivas ela relatou, como disse, tudo que foi feito, a conversa que foi feita e o denunciado teve a mesma oportunidade de ser ouvido, mas no momento da sua oitiva ele ficou calado, ele disse que não tinha nada a esclarecer. Esse é o relato do que aconteceu, e, diante dessa questão que foi relatada pela primeira vez, embora essa comissão também tenha verificado que esse tipo de comentário tem sido feita constantemente entre conselheiros, nunca teve a denúncia e não se pode tomar pé disso, a partir do momento da denúncia a comissão achou coerente a fazer a solicitação de retratação do seu Jurandir para a conselheira e em pleno, porque isso não pode acontecer em situação nenhuma por nenhum outro conselheiro dentro desse conselho, o respeito e a ética são a base de tudo, se os conselheiros não forem éticos e respeitosos uns com os outros, não existe motivo para ter conselho, porque o conselho é um espaço de discussão, mas em cima daquilo que se chama respeito pelo outro ser humano. O conselheiro **Laurito Porto de Lira Filho (SEEB-LD)** afirma estar esclarecido sobre a situação e também sobre qual é a penalidade, mas gostaria também de fazer um pedido, um esforço para todos os conselheiros, já que a situação que foi levada à comissão de ética foi uma situação de respeito a todos, o conselho acabou de fazer um belo trabalho no mês passado, conseguindo aprovar historicamente três ações para a saúde da população negra, e uma dessas ações é a questão do racismo estrutural, portanto, gostaria de fazer um alerta que a palavra denegrir que foi usada é ofensiva à população preta, ela quer dizer que ser preto é ruim, e ser preto não é ruim, a expressão correta ali, que foi uma palavra ofensiva ou foi pejorativa, agora falar que virar negro é ser ruim aí é complicado, então se torna outra situação ofensiva e falta de respeito com o seguimento que é enorme dentro da população brasileira, são mais de 55% de pessoas que fazem parte da população preta, são os negros e pardos, então é preciso se atentar um pouco a isso também, para fazer o combate ao racismo estrutural e também construir o respeito a esse grupo populacional. A presidente Rosilene Machado explica que a penalidade do inciso I é de advertência confidencial em aviso reservado, a II é a censura confidencial em aviso reservado e o III é a censura pública em Assembleia, IV seria a de suspensão da representatividade em até 30 dias, o V é uma cassação, isso quando é algo muito grave e ad referendum do CMS. A penalidade que foi indicada para o fato em questão é a censura pública em assembleia. Rosilene coloca em votação a proposta de aprovação da censura pública em assembleia recomendada pela Comissão de Ética. Com 18 favoráveis e 4 abstenções o CMS aprova a penalidade de censura pública em assembleia para o conselheiro Jurandir Rosa Pinto. O conselheiro Angelo Barreiros (Unimol) diz que diante da aprovação da plenária, a Comissão de Ética convida o senhor Jurandir Rosa Pinto para que tome ciência desta penalidade e faça uso da palavra para as suas considerações. A presidente Rosilene Machado diz que a comissão de ética alerta que não são considerações que o conselheiro tem de fazer e sim uma retratação. O conselheiro Jurandir Rosa (Sindnapi) diz que representa os usuários e diz que quando falou na comissão que não tinha nada a declarar é porque foi ele o ofendido, mas não procurou a Comissão de Ética para falar nada, então recebeu o comunicado, foi até lá e não tem a declarar. Outro ponto é que como foi ofendido, não vai pedir desculpas para ninguém, e quer que isso fique bem registrado, aqui escuta muitas coisas e tem pessoas que procuram atingir as pessoas lá do lado de fora, e é uma destas pessoas, então, acata a penalidade e informa a todos que no dia de hoje está deixando o conselho, não fará mais parte

durante quatro meses, seu representante será o senhor Manuel Rodrigues do Amaral, e fica triste por isso, porque realmente esse conselho precisa de uma reformulação total dentro do processo. A presidente Rosilene Machado afirma que o conselheiro pelo regimento teria de fazer a retratação, não sendo feita a retratação, ele já está comunicando a sua saída, colocando um outro representante, então a secretaria aguarda o ofício do Sindnapi. O conselheiro Jurandir Rosa diz que não está saindo, mas pedindo um afastamento por quatro meses. A presidente Rosilene Machado pede que seja encaminhado um ofício, pois no momento não pode lhe dar a palavra a não ser que seja para sua retratação, como não vai haver retratação pede a colaboração do conselheiro. O conselheiro Jurandir Rosa agradece a todos e diz que estará de volta dentro de 4 meses com força total para continuar o seu trabalho dentro da cidade, e jamais vai se retratar pois foi ele o ofendido. Na sequência, o CMS passa ao ponto de pauta "Comissão de Saúde Mental". A diretora Cláudia Denise (DSCS) diz que gostaria de um esclarecimento da mesa, pois houve um contratempo na pauta, segundo a Nadya não era uma pauta, seria um informe. A presidente Rosilene Machado diz que houve um equívoco da executiva que não pediu para a gestão as informações que o Viana solicitou, e ele já cobrou, na última reunião, foi sugestão da mesa que esses dados fossem encaminhados à comissão primeiro, ela então iria discutir e apresentar ao conselho de uma forma mais organizada, mas pelo que entendeu isso não aconteceu na comissão, então pediu para a Cláudia trazer essas informações como um informe nesta pauta caso não haja uma apresentação da comissão, então ela apresentaria os dados que o Viana pediu. Cláudia Denise diz que o que foi acordado na comissão é que foi feita uma conversa para se resgatar algumas questões, por exemplo, na comissão, de que foi trazido aqui um assunto de escolha de local de serviço, no entanto a informação é que isso já foi aprovado no CMS e não teria de fazer uma nova discussão. O conselheiro Edvaldo Viana pede questão de ordem. A presidente Rosilene Machado questiona se a diretora Cláudia Denise tem os dados que o conselheiro pediu, dos últimos três anos de atendimentos, pois é isso que ela vai apresentar. O conselheiro Edvaldo Viana pede questão de esclarecimento. A conselheira **Nadya Pelizzari** diz que como eu participei da última reunião da Comissão de Saúde Mental, e no ano passado eu não estava na comissão e sim o João Batista, quando ele saiu informou que a comissão estava discutindo quais seriam as regiões em Londrina que precisam do CAPS, pelo impacto, pela questão que eles já tinham discutido anteriormente de quais os lugares que têm, quantas pessoas são atendidas, e pelo que entendeu eram esses números que o Viana estava solicitando, o conselheiro estava solicitando informações que já foram discutidas o ano passado, então a comissão entendeu que esse tema já tinha sido discutido e que deveria trazer um novo assunto que é qual o local que está sendo visto, que era para pedir para a Secretaria de Planejamento, então propõe que seja retirado da pauta e pautado na próxima reunião. O conselheiro Edvaldo Viana diz que é por isso que está pedindo a palavra, então gostaria de saber da presidência se vai poder falar. A presidente Rosilene Machado pede que o conselheiro tenha calma, pois a Cláudia estava falando, mas anotou sua inscrição, é só ele deixar a comissão terminar de falar, porque está no ponto de pauta. O conselheiro Edvaldo Viana diz que o CMS está perdendo tempo, já está com uma pauta extensa, por isso vai pedir retirada de pauta.. A presidente Rosilene Machado pede que o conselheiro aguarde sua fala, pois ele está inscrito, então não precisa ser dessa forma, mas a Nadya acabou de fazer o mesmo pedido que o conselheiro deseja, a comissão fez o pedido de retirada de pauta e o conselheiro pode se manifestar se concordar. O conselheiro Edvaldo Viana pede que todos leiam a última ata, pois não sabe se está falando em outra língua, desde janeiro está pedindo janeiro que eu estou pedindo, tudo que ela falou não é nada do que pediu, a Nadya acabou de confirmar que não é nada do que pediu, falou até pessoalmente com a presidente, o que está pedindo é os números

de atendimento dos três CAPS dos últimos dois anos, para depois mandar para a Comissão de Saúde Mental fazer um estudo sobre qual seria o melhor CAPS para implantar no município, mas não é isso que está acontecendo, então concorda e pede a retirada de pauta e que por favor se traga na próxima reunião esses números dos dois últimos anos do CAPS AD, CAPS Infantil e adulto. O CMS vota pela retirada da pauta da reunião. Seguindo com os trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta "Comissão de Saúde da População Negra". A conselheira Fansley (Aucto) - coordenadora da Comissão da Saúde da População Negra, diz que se trata de um grupo de trabalho, e vieram apresentar um problema que vem enfrentando e está sendo discutido na comissão. **Fansley** realiza a seguinte apresentação: [Apresentação GT de Saúde da População Negra](#). Fansley diz que a política nacional da Saúde da População Negra foi aprovada no conselho nacional em 2006, então, já tem bastante tempo, mas ainda não foi colocada em prática. Em 2008, ela foi transformada em portaria ordenadora pelo Ministério da Saúde e em 2009 foi publicada. Em 2010, chegou ao Congresso Nacional como o primeiro capítulo do Estatuto da Igualdade Racial, então passou a ser lei. Conseguiram aprovar neste conselho três propostas na última reunião apenas, desde 2009 que foi implementado o estatuto da Política Nacional da Saúde da População Negra, até esse ano, não tinha entrado nada ainda no orçamento. Então, fazem parte de uma população que não estava sendo vista, não estava sendo incluída. E, nisso, é preciso reconhecer de fato que se enfrenta em Londrina, assim como na maioria das cidades brasileiras, a questão do racismo estrutural. Nos trabalhos realizados pela comissão surgiram três propostas de encaminhamento, a primeira seria tornar o GT que hoje é temporário em uma comissão permanente, considerando que tem muito trabalho a ser feito, a segunda seria que fosse instituindo, dentro da autarquia municipal de saúde, um grupo de trabalho também da saúde da população negra e a terceira seria a realização de uma conferência municipal da saúde da população negra. O conselheiro Edvaldo Viana questiona como seria esse GT dentro da SMS. O conselheiro Laurito Porto diz que o assunto é muito extenso, mas há um documento histórico de como foi feita a implantação da política nacional da população negra. O primeiro passo que foi feito foi a instituição desse grupo de trabalho dentro do Estado, dentro da estrutura do Estado de saúde. Então, está até no documento que será enviado posteriormente, com a questão da resolução, tem esse documento para encaminhar para a autarquia, para eles verem como foi feito todo o trabalho. Então, o primeiro passo é instituir essa comissão, esse grupo de trabalho dentro da autarquia, sem esse grupo de trabalho não tem como iniciar qualquer tipo de implantação de política pública, então é preciso aprovar a resolução para criação deste GT da SMS. O CMS aprova a proposta apresentada. A reunião prossegue com o próximo ponto de pauta: Resoluções Ad Referendum-SESA. A diretora de planejamento Evilin Gorcks faz uso da palavra e inicia a seguinte apresentação: [Resoluções Ad Referendum](#). O conselheiro **José Giuliangeli** diz que no ano passado o conselho aprovou o mesmo referendo, um parecido com esse, mas com relação à outra van que foi adquirida também pela saúde, mas não ficou sabendo se houve realmente a entrega do equipamento, mas é preciso lembrar a necessidade de se ter a contrapartida municipal para que essas vans sejam acessíveis, porque não adianta ter uma van que não permite que um cadeirante adentre a ela, então só gostaria dessa ressalva para que nenhum equipamento de transporte de uso coletivo seja adquirido se não tiver critérios de acessibilidade como manda a Lei Brasileira de Inclusão, para que nenhuma pessoa usuária fique excluída de um serviço de transporte por falta da devida adequação veicular para o transporte destas pessoas. Outro dia ouviu uma pessoa falando que tem as vans apropriadas para transportar as pessoas com deficiências e sem deficiências, mas entende que padronizar a condição do veículo vai ser possível usar a mesma van adaptada para carregar todas as pessoas, incluindo todas as pessoas no serviço de transporte do

município de Londrina, inclusive o funcionário não vai precisar adoecer, estourar a coluna, o braço, o pescoço, por ter que carregar um cadeirante nos braços para colocar dentro da van. Então, é uma questão de saúde para a população que tem algum tipo de restrição de mobilidade e também é uma ação importante para as pessoas que trabalham nos serviços públicos e fazem o transporte da comunidade para os serviços de saúde. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** diz que essa recomendação ou essa indicação em ata já existe há um bom tempo, mas pelo que lembra não foi feita uma recomendação que é o formal e o objetivo do CMS dentro das ações que o conselho pode tomar, pois as decisões são tomadas por meio de resolução, deliberação ou recomendação, então propõe que o CMS faça uma recomendação à gestão sobre essa situação da visibilidade do público PCD e ter a atenção de, quando for adquirir os veículos, ter a atenção da acessibilidade para os veículos, então que o CMS faça uma recomendação sobre isso. O diretor **Patrick (DLMS)** esclarece que já foi comprado uma van adaptada com esse recurso, a SMS já tinha uma, então agora ela tem duas vans adaptadas para cadeirantes, com elevador e com plataforma de elevador. O município tem também dois ônibus que atendem a zona rural, também com adaptação para acessibilidade, que atendem as unidades da região sul. A van que está sendo pleiteada neste momento não seria adaptada, pois há uma demanda muito grande de pacientes que não têm a deficiência física guardando em fila de espera, então essa van seria para atender e dar vazão a essa fila de espera do apoio social que precisa de uma van regular, a SMS está sempre fazendo um comparativo de número de pacientes que têm necessidades especiais e pacientes que necessitam somente do transporte, para poder estar equilibrando e atendendo todos da melhor forma possível. A diretora **Rosilene Machado** explica que nem todo veículo vai poder ter essa acessibilidade, vai ter que ter veículos com acessibilidade e veículos regulares, pois o veículo com acessibilidade limita o número de pessoas, e hoje, ainda há uma maior demanda para o veículo regular. Patrick (DLMS) explica que um assento de cadeirante faz a van perder seis vagas convencionais das 15 disponíveis na van. A presidente Rosilene Machado questiona se o conselheiro Laurito mantém sua proposta para que todo veículo seja adaptado. Rosilene diz que o CMS tem duas questões para decidir, a questão da aprovação da solicitação dos recursos que foi no envelope para todos. O conselheiro Edvaldo Viana pede que o conselheiro Laurito repense sua proposta ou que houvesse antes um estudo sobre a questão, pois se Van perder 6 lugares isso pode atrapalhar o fluxo, o prejuízo vai ser muito grande com esse encaminhamento. A presidente Rosilene Machado diz que a proposta do Viana vai de encontro ao que a mesa iria sugerir, no sentido primeiro se fazer uma avaliação das necessidades e daí, conforme chegar os recursos da SESA para a compra dos veículos, ir se fazendo essa apresentação no conselho e acompanhando essa necessidade. Na sequência o conselho aprova solicitação de recursos. O conselheiro José Giuliangeli diz que em 2015 foi aprovada a lei brasileira de inclusão, e junto com a Constituição Federal ela trata da questão da política nacional da pessoa com deficiência, sendo que todos equipamentos públicos têm que ser ofertados à pessoa com deficiência com acessibilidade, então, não é possível que em pleno século XXI se aceite que uma van seja comprada sem o devido recurso, até porque não se sabe qual é, de fato, a demanda existente, pois não se tem sequer o número de cadeirantes na cidade de Londrina e dentro do PEC dados que apontem o número de pessoas com deficiências que estão escondidas em suas casas por falta de acesso ao serviço de saúde. Então, o que se quer pedir ao Conselho, cumprindo a legislação nacional da lei brasileira de inclusão, é simples. O recurso público existe, se ele existe, é preciso focar na inclusão de todas as pessoas, porque toda vez que uma pessoa com cadeira de rodas ou uma pessoa que está bem chega numa van que não tem elevador e não consegue subir nesse elevador, mesmo ela tendo dito que ela estava sem nenhum problema e chega lá e está de cadeira de rodas, o motorista passa vergonha e tem

que deixar a pessoa em casa, tem que deixar a pessoa porque não pode levá-la. Então, o recurso público existe e que se tiver três vans agora e vai faltar seis vagas em cada van, que se compre mais uma van, compra mais duas, compra mais três, mas compre todos os equipamentos da Prefeitura adaptados para ninguém seja excluído do universo, do princípio da universalidade e integralidade que o SUS prevê. Então, propõe que o CMS delibere esta resolução para que as vans sejam todas compradas para pessoas com deficiências, aliás o termo adequado é pessoa com deficiência, não se usa mais necessidades especiais, essas necessidades especiais, já está tratado isso na terminologia do segmento, é uma forma carinhosa de você tentar colocar debaixo do tapete que estas pessoas são deficientes. A presidente Rosilene Machado diz que entende a posição do Zezinho e acredita que é consenso no CMS que o município realmente tem que melhorar essa questão da acessibilidade, a única coisa que gostaria de ponderar é que existe um conselho municipal que trabalha a questão das deficiências, e realmente esse número de pessoas com deficiência não existe, inclusive eles estavam pedindo a colaboração da saúde para tentar identificar. Então, é algo falho e a saúde também precisa melhorar nesse levantamento de informações, a atenção básica tem trabalhado nisso, mas só consegue fazer isso em quem é cadastrado, e tem algumas pessoas que ainda não estão cadastradas no SUS, portanto, existe essa dificuldade, porém, a informação do transporte da Secretaria de Saúde é que, felizmente, hoje, nenhum motorista precisa levar mais o paciente no colo, porque isso realmente acontecia, e que fila do transporte agendado não tem ninguém que fez a solicitação de transporte e não está sendo atendido, todos estão sendo atendidos, então hoje a demora é para atender no transporte regular, então existe recurso, mas ele é limitado, não é um recurso suficiente para dobrar o número de transporte para que todos sejam adaptados. Então, sua proposta enquanto gestão, é fazer um planejamento em relação a isso e que gradativamente que tenha todos os veículos essa possibilidade, conforme o município vá conseguindo Os recursos e as reduções de fila, gradativamente todos vão sendo adaptados. O conselheiro Laurito Porto diz que já foi feita essa explicação de dificuldade e que o recurso vem carimbado, por isso a ideia é fazer uma recomendação, pois entende que tem que ser iniciado algum movimento, não adianta ficar fazendo fala que fica na ata e não emite nada, é preciso fazer alguma coisa que saia para fora, e tem outra situação, se é público é para todos, e fica naquela situação em debate do grupo de trabalho da população negra, que daí algumas coisas têm de regra para o público fazer as coisas, vira critério de exclusão e não de inclusão, então é preciso fazer fazer algum movimento que se inicie. Outro ponto é aquilo que sempre está falando no conselho, que os conselheiros são atores políticos, então é começar a conversar com os outros atores para que se tenha essas mudanças, para que tudo seja inclusivo. inclusive o pensamento, Então, a ideia é uma recomendação de os veículos tenham a garantia da acessibilidade para todos. O conselheiro **José Giuliangeli (Crefito)** diz que por exemplo, tem filhos e já os acompanhou muito até a escola, mas chegando lá não havia piso tátil e passava muita vergonha, pois não tinha como chegar até a escola, isso pode acontecer também com qualquer pessoa, o pai ser cadeirante e não ter como entrar numa van com o filho que vai no médico, e não dá às vezes para você saber disso, então se pode contar com a possibilidade de alguém ficar sem poder ser embarcado, se fala em inclusão e é difícil aceitar que tem que ter adaptação em todos os veículos por causa da questão orçamentária, mas tem dinheiro para tantas coisas, esses tempos colocaram gastaram 250 mil para colocar rastreador nos veículos da PML, então porque não direcionar recurso, complementar e ter essa política de inclusão no município como exemplo para a nação, afinal de contas não se quer uma cidade inclusiva, não se pode andar nos bairros, não tem calçada, não tem acessibilidade, tem pessoa com deficiência que vai no médico e não tem táxi para levar. Outro dia um rapaz pegou um táxi na fraternidade para o

cara levar ele até o HU, ele gastou 50 reais para ir até no HU. Ele é cadeirante, ele usa um triciclo, mora pertinho do posto de saúde na rua Santa Madalena, e ele não consegue uma van adaptada para levar ele até o hospital universitário, então isso é um bem objetivo, que se conseguir implantar gradativamente, como a Rosilene falou, Londrina vai virar a capital da inclusão na saúde, ou então vai continuar ocorrendo um monte de restrições que não estão de acordo com os direitos humanos, que é o que a saúde prevê no seu artigo 196, a dignidade humana. Na sequência o CMS aprova uma recomendação para os carros com acessibilidade. Na sequência o CMS passa ao ponto de pauta: Apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025. O servidor **Guilherme** inicia então a seguinte apresentação: [Apresentação LDO](#). O conselheiro **José Giuliangeli** diz que supondo que o CMS venha a decidir que as mil ações que tem lá na promotoria para a entrega de fralda descartável para pessoas idosas e pessoas com deficiência, venham para o município sem precisar de demanda judicial, isso seria incluído na LOA, na LDO ou no PPA que vai incluir isso, então o Conselho vai poder pedir essa providência, por exemplo, no PPA, na LDO ou na lei orçamentária. Outro exemplo, suponhamos que o município queira entregar um transfer para uma pessoa com deficiência que não está contido no programa de prótese e órtese, o prefeito, na atribuição dele junto com o secretário, ele pode fazer uma complementação financeira no município e o município pode adquirir esses insumos, isso vai para onde ou onde entra esse recurso para que se consiga ajustar na lei orçamentária, seria no PPA ou na LDO. Guilherme responde que isso pode ser feito nos três instrumentos de planejamento, no PPA, na LDO e na LOA, até poderia ser feito este mesmo ano, isso é uma questão que tem que ser discutida com o prefeito, com o secretário de saúde e com os vereadores. O orçamento, apesar de ser grande, as necessidades do município também são grandes. O município grande é a quarta, quinta cidade do sul do país, a segunda maior do Paraná, então as necessidades também são grandes, isso tem que se discutir, discutir com as autoridades, na LOA, discutir e ver o que se pode fazer a esse respeito, a ação para fazer esse tipo de aquisição de fraldas, por exemplo, já está lá na LOA, e questão orçamentária e o orçamento é sempre uma disputa, a educação quer orçamento para ela, a saúde tem as suas necessidades, a segurança, a obras, sendo que tudo tem sua importância. A sociedade é um sistema complexo e todas as partes têm que estar acompanhando juntas. E as necessidades são infinitas, mas os recursos são limitados, então tem que discutir e ver a melhor solução para se resolver esses problemas. Seguindo com os trabalhos o conselho passa ao ponto de pauta: Análise e parecer do PL 's nº 10/2024 e 13/2024 da CML. A conselheira **Luciana Sumiwaga (APP Sindicato)** coloca que faz parte da Comissão de Saúde da Mulher que analisou e emitiu um parecer a respeito do PL 10/2024 da vereadora Jéssica. A comissão analisou o mesmo juntamente com a equipe multiprofissional do Hospital HU, que executa o serviço de referência macro-regional na realização do aborto previsto em lei, além disso eles fazem o atendimento na região de Londrina, então a comissão os convidou para participar de uma das reuniões. A Comissão fez um total de três reuniões e se embasou tanto através de portarias vigentes, manuais e normas técnicas do Ministério da Saúde como também protocolos da Secretaria Estadual de Saúde, além do relato dessa equipe que realiza o serviço. Esse projeto de lei ainda vai ser colocado para votação, então é um tema importante para toda a sociedade e seria importante todos ficarem atentos ao parecer da comissão, pois ele tem de ser aprovado pelo plenário para poder ser encaminhado para a Câmara, para respaldar a favor ou contra. As conselheiras **Cristiane Zimmer** e **Rúbia dos Santos (AEBEL)** apresentam o seguinte projeto de lei e o parecer da comissão: [Parecer PL 10/2024](#). O conselheiro **José Giuliangeli (Crefito)** parabeniza a comissão pelo parecer elaborado, o qual está realmente baseado em dados científicos e em valores da ciência, pela dignidade humana e pelo respeito aos direitos humanos das mulheres. No passado,

quando ocorreram os primeiros assassinatos em massa de mulheres, ocorreram exatamente porque existiam pessoas há dois, três mil anos antes de Cristo, que acreditavam que as mulheres tinham que ser subjugadas, e eles foram promovendo genocídios em toda a história da humanidade contra as mulheres. Depois houve a inquisição, quando as mulheres foram queimadas nas fogueiras, e de lá para cá acompanhamos escravidão, as imigrações e as imigrações devido às guerras, com mulheres sendo vítimas de estupros em verdadeiras batalhas entre pessoas que não tinham sequer a noção do que é realmente o direito humano. E aí se chega no século XXI, com a mulher há menos de um ano podendo decidir sobre o processo de laqueadura, elas decidirem sobre seus próprios corpos. Se for pegar no século XXI, o próprio holocausto em que Hitler falava em nome de Deus e matou seis milhões de judeus, então o que é preciso imaginar é que quando se pega uma pauta de violência pública, de segurança pública e de garantia do direito a dignidade humana dos corpos das mulheres, e traz para dentro de uma lei que segundo a autora é para proteger essa criança ou o nascituro, ela está violando todos os princípios de direitos humanos ligados às mulheres, então particularmente fica muito orgulhoso e honrado de ver mulheres nessa Comissão que de fato estão na luz da legalidade e seguindo os valores dos direitos humanos, seguindo o que a legislação nacional diz, o que a Organização Mundial de Saúde diz, pois os dados mostram que as mulheres morrem porque fazem abortos clandestinos, que fazem em situações precárias porque não tem uma saúde pública que protege as mulheres de fato, então quer parabenizar a comissão e dizer o CMS está aqui para defender a vida e não a discriminação, o preconceito e a intolerância entre os seres humanos. Esta semana agora foi aprovada uma lei na Câmara de Vereadores de Londrina que proíbe uma família, um pai de levar o seu filho até uma manifestação LGBTQ+, então agora há uma proibição, foi votada e aprovada na plenária de Londrina, isso é uma vergonha para a cidade de Londrina e a cidade passa um vexame internacional com esse tipo de comportamento por parte do poder legislativo da cidade, é uma vergonha, uma violação total de direitos humanos. O senhor Magdiel parabeniza a comissão, como homem não terá como gestar uma criança, sua fala é para fortalecer o apoio às mulheres a opção da mulher decidir se faz ou não o aborto legal, a mortalidade da mulher no aborto é por conta do aborto ilegal, então, a partir do momento em que é legalizado o aborto, vai diminuir esse índice de mortalidade, logo, é muito importante que essa comissão esteja na frente, sendo que as organizações da saúde já fazem esse trabalho de orientação, não só em relação ao aborto, mas em todos os procedimentos de tratamento pelo SUS. Assim como a mulher, quando ela escolhe fazer um parto normal ou um parto cesariano, ela passa por orientações sobre isso. Então, o SUS e a Organização Mundial da Saúde já fazem essa orientação, e acredita que esse projeto é mais uma forma para fazer com que as pessoas sejam manipuladas a serem contra o aborto legal. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** diz que vai novamente repetir seu discurso e chamar a atenção para a questão política e discussão da ética da cidade, que é algo maior. Se for olhar quem é que está trazendo esse tipo de projeto, até fica se questionando quem é o imbecil que assessora essa vereadora, mas não é imbecilidade nenhuma, isso é estratégia, estratégia política muito bem definida e nacional, quem faz esse tipo de projeto é a extrema direita reacionária e conservadora, ou melhor, retrógrada, é uma estratégia aproveitando que se pode aprovar lei que é contra outra lei e outro parâmetro, e esse pessoal quer destruir política pública, quer criar estado mínimo, então a visão que a gente tem que ter aqui é desse tipo de estratégia, então acredita que assim como o projeto que foi para a Comissão de Saúde Mental, é um projeto copia e cola que está rolando em várias cidades do país, trata-se de uma estratégia político-ideológica de destruir o estado de bem-estar social, e aí se perde no debate discutindo algumas coisas, então quando o CMS ver ver essas situações já tem de rejeitar de bate-pronto e às vezes até de ofício na mesa executiva, para o

conselho poder discutir realmente o que interessa. E depois, mais uma vez, se falar da situação da política, se organizar para lutar contra esse tipo de coisa, como podem permitir que existam pessoas lutando contra o estado de bem-estar social, contra a política pública, e aí depois ter de vir aqui enquanto comissão defender a implantação de política pública que era para ter sido implantada há mais de 15 anos como no caso da saúde da população negra. Então é preciso olhar e refletir realmente sobre essas situações políticas. A conselheira **Cirlete Marcondes** diz que como mulher cristã, mas que sofreu uma violência em 1981, se tivesse engravidado teria feito aborto, quem tem de ser punido é o homem, enquanto uma mulher está grávida ele engravida mais cem, enquanto houver mulheres como a Jessicão, fazendo esse tipo de lei, enquanto estiverem aceitando a extrema direita massacrando mulheres, as massacrando como esposas como esposa, aumentando o feminicídio e tudo mais, não tem como obter a vitória, então tem de estar unidas sim, não é a favor que mate a criança, mas nessas situações, não tem outro jeito, não vai nascer, não tem cérebro, vai nascer morto, já viu vários casos, risco de morte à mãe, quantas crianças ficam grávidas com dez anos, são muitos casos, lá no HU viu na própria pediatria neonatal, dá pena, a mãe é uma criança também, a criança nasce com cinco, seis meses e não sobrevive, porque não está formada. E no caso de violência tem que ter punição, enquanto os nossos politiqueros que não são políticos sérios estão fazendo esse tipo de lei. Olha o que o Laurito falou ontem e que o Zezinho repetiu hoje, sobre a criança não poder ir no movimento com o pai, mas quem decide o direito à família, é a mãe e o pai ou o estado, será que já estamos chegando a esse ponto, fica aqui sua indignação, pois perdem tempo analisando projeto, é melhor já votar contra, pois chega lá e eles aprovam ainda por cima. Não havendo mais apontamentos, o CMS aprova o parecer contrário ao Projeto de Lei CML nº 10/2024. Na sequência o CMS passa a discutir o PL CML 13/2024. A presidente **Rosilene Machado** diz que esse projeto é da vereadora Mara Bocaberta. Esse projeto pede para que seja vedada a distinção da origem das receitas médicas no fornecimento de medicamentos. O parecer da executiva foi considerando que a gestão municipal de Londrina já contempla na sua relação de medicamentos Remume, com base na Rename. Então, o Remume é a relação municipal de medicamentos e a Rename é a relação nacional de medicamentos. Atendendo a portaria 3.916 de 1998, que é do gabinete do Ministério da Saúde, aprova política nacional da assistência farmacêutica, já existe a previsão de atender todas as receitas desde que essas atendam as normas sobre a prescrição de medicação que consta no item 3, na página 9 da Remume. Essa foi uma análise que foi feita pela comissão, mas houve manifestações na comissão executiva que isso, às vezes, não acontece na prática. É por isso que a mesa está sendo realista e trazendo os problemas, mas isso deveria acontecer, então, se alguém está recusando receita particular, se for londrinense, ou de algum plano, alguma coisa, que esteja prescrita da forma correta como tem que ser, isso está errado, pois já existe essa previsão na Remume, todo londrinense vai ter direito à relação da Remume, então, essa é uma das considerações que fizeram em relação ao que existe. A outra questão que está prevista no projeto de lei é que eles colocam que todos os suprimentos também sejam fornecidos, e aí a comissão chegou à conclusão de que o termo suprimento é abrangente e muitas coisas já são fornecidas, então não sabem do que se trata, na verdade a questão insumos, então, diante do exposto, o Conselho Municipal de Saúde deve se manifestar de forma contrária a esse projeto. Mas houve essa manifestação de uma pessoa falando que, embora exista o direito, ele não estava sendo garantido, aí o que respondeu foi que então é uma questão de fiscalizar e fazer as denúncias pela ouvidoria e ver o que está acontecendo. A Remume está disponível no site do Ministério, daí vai colocar no parecer o site, a Remume, para poder garantir esse acesso à Câmara, se é que eles já não fizeram isso. O conselheiro **Alessandro Rodrigues (SindSaúde)** questiona

se o CMS não tem comissão de farmácia terapêutica. Rosilene Machado responde que existe uma comissão de farmácia e terapêutica do município que tem uma vaga para um conselheiro participar da comissão como convidado. O conselheiro Alessandro Rodrigues (SindSaúde) questiona que esta vaga está com seu sindicato, pois o ideal seria dar uma resposta muito mais qualificada da questão farmacêutica, pois dependendo da forma que a for responder eles não querem que isso aconteça, então não sabe de foi chamado algum farmacêutico do município para se discutir isso também. A presidente Rosilene Machado responde que não foi chamado nenhum farmacêutico, essa foi uma dificuldade que a comissão executiva teve, porque como não tinha, poderia ser a comissão de acesso ao SUS, mas a executiva entendeu que estava sobrecarregando demais esta comissão, a própria executiva resolveu assumir, porém, ao chamar um farmacêutico do município poderiam pensar que estava enviesado a análise da gestão, então trabalharam com as informações disponíveis e por isso foi trazido ao conselho para manifestação. O conselheiro José Juliangeli (Crefito) diz que a comissão está indo de encontro com o que diz a Lei 8080 e a Lei 8142, a respeito dessa questão da regulação dos insumos farmacêuticos que estão constantes, inclusive na Constituição Federal. Então isso aí já está regulado tanto pela Anvisa, quanto pelo Ministério da Saúde, o que é preciso fazer em Londrina, no Paraná e no Brasil é no momento oportuno discutir a necessidade, por exemplo, de ter lá na atenção primária a entrega de medicamentos anticoagulantes já dentro do ambiente hospitalar também, já entregar para a pessoa que passou por uma cirurgia ortopédica ou vascular e precisa do anticoagulante, já sair de dentro do ambiente hospitalar com esse medicamento. Zezinho afirma que presenciou a morte de uma jovem de 36 anos no União da Vitória, porque o médico da Unimed suspendeu o anticoagulante, achando que ela, pela condição racial e social dela, que ela não tinha condições de comprar o medicamento, ele suspendeu e ela morreu dentro da Unidade de Saúde devido ao um deslocamento de um trombo e uma embolia pulmonar na Unidade de Saúde. Então medicamentos como anticoagulantes, por exemplo, tem que estar dentro da Comissão Técnica e da Farmácia Municipal para que isso seja acessível, a pessoa saiu do hospital tem de estar com o medicamento para não ter risco de ter uma morte por causa de uma trombose. E a mesma coisa, por exemplo, na dispensação de alguma insulina, por exemplo, pois a pessoa vai na 17ª e a burocracia é muito grande para a pessoa conseguir a insulina, se não for aquela que já está padronizada lá, que a família desiste no meio do caminho. Então tem de montar de fato uma comissão para discutir esses medicamentos que são demandados, mas que não tem para ofertar, porque aí isso facilita muito, salva vidas, porque uma pessoa diabética que não tem a insulina adequada, ela vai ter amputações, cegueira, vai à morte, problemas cardíacos, AVC, custa mais caro para o SUS não ofertar o remédio do que ofertar esse remédio com rapidez e agilidade. A pessoa que fez esse projeto também mostra o desconhecimento sobre as diretrizes e o pacto pelo SUS no Brasil. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** diz que o CMS está pensando que a simples emissão de um parecer contrário vai evitar que um projeto de lei seja aprovado, mas é política, tem que ter movimentação, articulação, tem que ter gente lá que fala que é contrário, que já tem, que já existe. Tem um projeto que está com o conselho e que já passou em primeira votação, que é o da internação compulsória de autoria da Jessião, ele já passou em primeira votação, nesta primeira votação é que foi pedido para chamar o parecer de outras entidades que trabalham com a situação da saúde mental, então é ingenuidade achar que um parecer ou uma carta vai fazer algo, mas não faz, é preciso movimentação e articulação política, precisa de gente lá para bater na porta do gabinete e falar a real, de forma organizada, como foi feito quando tentaram privatizar espaço público, gente para gritar lá dentro do plenário, não adianta ficar achando que cartinha vai resolver, o estado é um espaço em disputa, se não for feita uma disputa efetiva eles

vão passar a mão na cara de todo, já falou algumas situações como da questão da reforma tributária, que vai permitir que exista uma legislação que fala que exista a situação do estado de bem-estar social, mas não vai ter recurso para ter esse estado, porque não foi feita uma movimentação para discutir seriamente a reforma tributária, então não podem ficar na ingenuidade de achar que é só fazer um simples parecer vai resolver, se o conselho é contra o que está sendo feito e acha que vai prejudicar a população, tem que ter um movimento maior de articulação e levar o pessoal lá na CML e fazer a grita para garantir que a lei, do contrário, a conversa vai ser vazia. A presidente **Rosilene Machado** diz que o conselheiro Laurito poderia ficar encarregado de seguir os projetos lá na Câmara e avisar o CMS para que ele se mobilize se for preciso. O conselheiro Laurito Porto sugere que o CMS melhore a comunicação com a Comissão de Seguridade Social da CML, inclusive tem projeto de lei que não passa nem pela Comissão de Seguridade Social quando vai falar sobre as questões de assistência social e saúde no município, só vai para a Constituição e Justiça e acabou, então precisa melhorar essa articulação e também começar a cobrar da Comissão de Seguridade Social de pedir os projetos que tem que ter parecer deles também, pois está passando tudo a rodo. A presidente Rosilene Machado coloca que a executiva vai levar para a comissão de farmácia e terapêutica a questão dos anticoagulantes, insulina e depois conforme o conselho for trazendo as dificuldades vai repassar para eles e pautar um dia para a comissão vir até o CMS. O CMS aprova parecer desfavorável ao Projeto de Lei CML 13/2024. Na sequência dos trabalhos, o CMS passa ao ponto de pauta “Dados Atualizados da Dengue”. A diretora **Fernanda Fabrin (DVS)** informa que Londrina tem: notificados 54.362 casos de Dengue, sendo 26.783 confirmados, descartados 12.114 e, em análise 15.465. O total de óbitos até agora é de 40. Em relação a chikungunya são 21 notificados, confirmados 2, sendo um importado, descartados 14 e, em análise, 5. O conselheiro Edvaldo Viana solicita que na próxima reunião a SMS apresente os dados de crianças e adolescentes em separado, até para poder apresentar no CMDCA, os casos confirmados, descartados e óbitos. O conselheiro **José Giuliangeli** diz que ficaram represadas algumas vacinas da dengue nas unidades porque limitaram a uma certa faixa etária por determinação do Ministério de Saúde. Os motivos pelos quais não está sendo possível vacinar a maioria da população é por falta de fabricação ou como está isso nacionalmente. Zezinho diz que a hora que acaba essa fase epidemiológica e a curva descer, não se pode mais abaixar a guarda com relação a essas doenças, e deixar de ter, de fato, no município, a constituição de um comitê permanente, mas que seja, de fato, estimulado pela administração pública e fortalecido por estrutura mesmo, pois o que está vendo é o PIZA, Ouro Branco, Cafezal, União da Vitória, Quebec todos sem reciclagem, muitos pontos da cidade sem reciclagem, ao mesmo tempo tem animais que rasgam o lixo, e não tem o que fazer mais com os resíduos sólidos na cidade de Londrina. Então espera que a SMS possa esclarecer porque não está vacinando a população com mais rapidez, até porque o governo teria que estar dando uma explicação mais plausível quanto a isso, 40 óbitos é muita gente, porque na última estação foram 29, então concluiu-se aquilo que disse ano passado no CMS para o Felipe que iria acontecer, então é vai ser preciso fazer uma política pública municipal e não deixar fora a educação, o esporte, o CMTU, Companhia Municipal de Desenvolvimento Urbano, e envolver todos os setores dentro da administração transversalmente, para essas políticas serem intercaladas, para que não haja nenhum tipo de lugar com dispensação de resíduos sólidos sem a devida destinação adequada, e ainda, articular essas políticas públicas dentro de todas as casas e ambientes onde se puder atuar, porque 11 óbitos a mais do que no ano passado é muita gente, pois quanto vale uma vida, uma vida é uma existência e se acaba uma vida acaba o mundo de algumas famílias, é algo muito grave, Londrina perdeu 40 mundos que se foram devido ao mosquito Aedes, por falta de políticas

públicas que envolvam a população numa educação de saúde permanente, faltou políticas públicas para incluir toda a população em uma campanha que realmente salve vidas, é isso que precisa ser feito. A conselheira **Fansley Silva (AUETO)**, diz que gostaria ter acesso a como está sendo feita a divulgação com relação aos postos de atendimento, pois por experiência, enquanto usuária, que o UPA está sobrecarregada e tem um trabalho muito bom sendo feito em outros pontos de atendimento, como no Ouro Branco, só que ainda tem paciente sendo direcionado para o UPA, sendo que poderia ter sido atendido muito mais rápido em outro ponto de atendimento, e isso está sendo feito pelo pessoal da linha de frente das UBS's, que estão encaminhando tudo para o UPA, foi o que aconteceu no seu caso e com outros usuários que esteve conversando, então a SMS poderia rever como é que está sendo feito esse trabalho informativo da população com relação aos pontos de atendimento. A diretora **Fernanda Fabrin (DVS)** diz que em relação à vacina, todos sabem que ela é um insumo fornecido pelo Ministério e feito com base em estudos epidemiológicos pensando no Brasil como um todo, então a princípio ela foi destinada a essa faixa etária bem restrita, que era de 10 a 11 anos, e aí depois acabou se estendendo até 14 anos, realmente é um insumo que vem tendo falta, inclusive na rede privada, muitos aqui devem ter buscado na rede privada e mesmo lá não estão encontraram, e a SMS não tem o poder público de alterar essa faixa etária da vacina por ser um recebimento federal, claro que a gestão sabe da importância e que é uma vacina que seria importantíssima para toda a população, mas neste momento o que se tem legalmente é o uso na faixa etária que foi determinada, a qual infelizmente não está buscando os serviços para ser vacinada, então há insumo disponível com vencimento, claro que vai ser remanejado se não tiver o uso, mas o que gostaria de pedir aos conselheiros ajuda e apoio nessa divulgação para que informe essas famílias que procurem a vacina nas UBS's. A enfermeira **Daniela (DAPS)** explica que quando se faz um atendimento em dengue nas unidades básicas, é aplicado um instrumento de classificação de risco para verificar a que grupo o paciente pertence, normalmente, os pacientes são encaminhados para hospitais terciários, UPAs ou até mesmo pronto atendimentos, quando o risco é mais agravado ou apresenta sinais de alarme. Outra situação que pode acontecer é em relação à superlotação da unidade, às vezes, naquele momento não tem mais possibilidade de atendimento médico e o paciente necessita de um atendimento e avaliação médica, mas está realmente esgotado o limite de atendimento da unidade, neste caso o paciente é referenciado para as unidades de pronto atendimento que são 24 horas, que deve ter sido o que possivelmente aconteceu no caso relatado pela conselheira. A conselheira Fansley Silva (AUETO) diz que seu caso não era um caso grave e poderia ter sido atendida direto no Ouro Branco, teria sido atendida em duas horas ao invés de doze, mas foi orientada na UBS Marabá a ir para o UPA do Sabará e não para a UBS Ouro Branco, sendo que seu caso não tinha complicação, então o pessoal da linha de frente não está tão bem alinhado, seria interessante que a população soubesse também que ela pode procurar direto o Ouro Branco, e, se for um caso mais grave, ir direto na UPA. Daniela responde que realmente o paciente pode ser referenciado tanto para o Ouro Branco quanto para a UPA, mas é preciso lembrar que a UPA fica aberta até às 23 horas, então, dependendo também de como está o no painel o número de atendimentos para o dia, às vezes, se referencia para a UPA por saber das 24 hora, mas claro que a SMS pode reforçar para as equipes, sem problema algum. Seguindo com os trabalhos o CMS passa a discutir a pauta "Projeto Dengue". O servidor Lyon - gerente da Vigilância Ambiental na Secretaria de Saúde inicia a seguinte apresentação: [Projeto Dengue](#). O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** diz que tem muito resíduo sólido caindo dentro dos bueiros, é algo que sempre observou, que o bueiro tem a tampa, tem a galeria pluvial em concreto e ali dentro normalmente tem lugares que não é inclinado o suficiente para essa água descer e

fica ali plástico, sacola plástica, copo descartável, então gostaria de saber se os bueiros são locais propício para que o Aedes deposite seus ovos. Outra questão é se ter flores em casa, ter árvores em casa, ter grama, somente de ter a grama e a planta pode desencadear um criadouro do mosquito para ele depositar os ovos. Outra questão também, por exemplo, o Parque Arthur Thomas, os fundos de vale na cidade de Londrina e esses ecopontos e esses pontos de descarte irregular de material, esses pontos de descarte irregular, eles também são locais em que normalmente tem muito foco ou isso é mito. Lyon responde que o bueiro é um reservatório e é um local que pode propiciar o Aedes aegypti, se estivesse respondendo essa pergunta quatro ou cinco anos atrás, diria que não, mas o Aedes aegypti é um vetor tão adaptativo que já foi encontrado em balde de tinta naque aquela água que choveu e ficou por cima, roupa de molho, locais com uma sujeira extrema, sendo que se falava que ele ficava numa água limpa e cristalina, então, para qualquer local é um local que pode ser um criadouro do Aedes aegypti, a grama não, o Aedes é um vetor que tem uma característica urbana, a grama vai ser um problema se ela tiver um potinho que propicia água, aí ela é um problema, porque tem um local com água, só a grama ou só o mato não tem Aedes, não tem foco, não tem nada disso, pelo contrário, a larva é 100% aquática, se quiser matar a larva é só jogar ela na grama ou na terra, ela é igual a um peixe, se tirar da água ela morre, então na grama não vai ter Aedes aegypti. Em relação às árvores, apenas se tiver um oco na árvore e ele fizer uma piscina a ponto de ficar mais de três, quatro, cinco dias com a água parada ali, se o sol secar ou a árvore absorver a água não é um problema, porque o Aedes demora uma média de cinco a sete dias até o ciclo dele, pode ser que tenha ovo, pode ser que tenha larva, pode ser que chegue até na fase da pulpa, mas não dá tempo em quatro dias secando ele transformar em mosquito e voar, então, não se torna um problema por essa situação, aquela água secou nesse período acabou o problema. O conselheiro **Marco Modesto (Sindserv)** diz que essa apresentação tem de ser encaminhada para outros órgãos, câmara de vereadores, escolas, tem que estar reforçando, pois é uma sequência de eventos que desencadeia uma epidemia, como defensor da questão do trabalhador, principalmente o trabalhador da saúde, tem visitado os locais, principalmente a urgência e emergência, e não preciso citar nome de vereador aqui, mas os vereadores vão nos locais para fazer política, no momento político, vão fazer política dentro de uma unidade de urgência e emergência, fazer um desserviço dentro da unidade de urgência e emergência de vários setores, e a própria imprensa também, então tem feito campanha para valorização e conscientização na rede social, e o problema está instalado, precisa apresentar a solução agora neste momento de urgência e até para o final do ano também, quando começar o calor de novo, porque a curva vai começar a cair como o próprio secretário de estado falou na imprensa semana passada, e pior do que está não pode ficar, porque uma UPA de um porte de atendimento de 500 pessoas está atendendo 1000, o PAI atendendo 800 crianças por dia, e a população, o usuário precisa entender isso também, que a solução está lá com o profissional de saúde, está lá dentro da unidade de emergência, mas a causa do problema é isso o que foi explicado aqui, então a proposta é a que falou para o vereador lá dentro do PA, que eles precisam ajudar na campanha de conscientização do problema, na questão de vacinar as crianças, na questão da coleta seletiva, na questão da desconstrução da política de vacinação, na questão do cuidado no fundo quintal, da água parada, do lixo, inclusive esteve conversando com um cidadão que pertence a uma ONG de coleta clandestina e de ONGs também credenciadas na coleta do lixo, para talvez trazer eles e propor alguma coisa mais pra futuro, para daqui a seis meses, daqui a um ano, fazer uma proposta, se possível, até pra próxima reunião, então, seria uma campanha para focar nisso e divulgar na imprensa mesmo, falar a atual realidade e falar sobre o que foi colocado aqui, seja através de uma palestra ou de um informativo. Lyon

responde que é muito legal essa ideia, se pensou isso no começo, porque essas informações realmente são informações que não chegam até as pessoas, são informações muito importantes para quebrar essa circulação viral, essa campanha que o conselheiro está propondo já foi iniciada, inclusive fez esse projeto lá na UPA, foram oito turmas em revezamento dos profissionais para capacitar eles, já começar com os pacientes e levar informação para eles, mas a ideia de trazer para o conselho é dar voz a isso mesmo, fazer mais campanhas, trazer esse tema, ter mais oportunidades de falas em relação a isso, e compartilhar sim essa nova experiência com todo mundo, para conseguir quebrar essa circulação viral. A conselheira **Nadya Pelizzari (CRP)** diz que talvez seja hora de mudar não só essas práticas do indivíduos, mas dos profissionais de saúde, médicos, que, inclusive, são os únicos que ainda são ouvidos pela lei do trabalho com o atestado, mas eu acho muito difícil uma pessoa que vai lá e recebe o diagnóstico de dengue, poucos que não tem sintomas, porque se já foi no posto já tá com sintomas, aí volta e vai trabalhar, e tem muitos que nem voltam no posto no dia seguinte, porque estão trabalhando, não tiveram mais sintomas, então acha que não tem condições das pessoas ficarem trabalhando durante seus dias de viremia e contaminando todo mundo, porque isso acontece muito onde trabalha, um monte de gente com dengue, aí o mosquito pica ele, pica ao outro e dá um monte surto de dengue, então sua proposta é que comece isso já nos pontos de atendimento e se dê atestado de cinco dias para pessoa com dengue, se a empresa aceitar ou não aceitar é problema deles, igual aconteceu com médico que não quis dar atestado para a mãe do menininho, então sua proposta é que a Secretaria de Saúde faça esse trabalho de sensibilização com os médicos, atestado de pelo menos cinco dias para quem tem diagnóstico de dengue. Lyon responde que na experiência que teve com a UPA, percebeu que mais importante ainda do que o atestado, é o médico sensibilizado durante a consulta, pois o paciente que ele atende é um reservatório do vírus e precisa entender que ele precisa se cuidar independente de onde vá, porque mesmo dando atestado ele não vai ficar em casa, ele vai sair e vai levar o vírus, então ele tem que aprender que ele é um reservatório e que ele precisa se hidratar, porque senão a saúde dele vai cair. A conselheira **Cirlete Marcondes (Pastoral da Saúde)** diz que a questão da educação é muito importante, teve um problema em sua comunidade com imóveis abandonados, então no final de março, comoveram a imprensa toda, limparam, mas passou o mês convocaram várias pessoas, mas só foram três para ajudar a juntar de novo o lixo, e foi arrecadado em um mês, só na quadra, aliás só em meia quadra, dez sacos recicláveis com focos, isso faz duas semanas. Desde então, cortou o ciclo da dengue e parou de aparecer gente doente em volta das casas, então o foco estava ali, então vão tentar no feriado convocar o povo pra ir lá limpar, porque não adianta ficar só cobrando o poder público, sendo que dá vergonha de ver as pessoas que passam na sua câmera, que vão lá jogar lixo, fica com vergonha de olhar e ver como elas tem coragem de fazer isso, é professora aposentada, dono de restaurantes, então essa educação que está sendo difícil, educar os adultos. A presidente Rosilene Machado pede que essas imagens sejam encaminhadas para a CMTU. Rosilene diz que em relação ao repelente, o Lyon está indo aos poucos aos serviços para implantar pelo menos o uso do repelente lá na hora do atendimento, para criar esta memória de que tem que se proteger. Seguindo com os trabalhos o conselho passa ao ponto de pauta “Apreciação do Relatório Quadrimestral”. A diretora **Evilin Gorcks** informa que o documento [Relatório 1º Quadrimestre 2024](#) foi encaminhado previamente aos conselheiros e se coloca à disposição para esclarecimentos. A conselheira **Sônia Silva (UGT)** diz que em relação aos slides 35 e 36 achou estranho a administração de medicamentos, porque na realidade, olhando os números têm uma inversão entre 35 e 36, queria entender a diferença entre um e outro. O diretor **Cleiton Santana (DUES)** diz que vai pedir para revisar os dados, porque tem uma diferença, mas, basicamente, a

administração de medicamentos são os medicamentos realizados dentro da unidade e o outro são os medicamentos entregues para a continuidade de tratamento em domicílio, então o número é diferente mesmo, pois as vezes faz uma injeção no paciente e dispensa três ou quatro cartelas, então a dispensação é sempre maior. Sônia diz que o que achou da diferença entre um e outro é o seguinte, a comparação de medicação, porque eles estavam comparando a UPA do Centro-Oeste e das UPA. Cleiton responde que é a quantidade, porque a UPA Centro Oeste administrou em média de quatro mil e a UPA Sabará em torno de mil e pouco, pode ser essa situação de dengue, na UPA Centro-Oeste a grande maioria dos atendimentos são atendimentos gerais e na UPA Sabará é só dengue, então às vezes o paciente tem o maior número de atendimento por causa do seu estadiamento, o exame de sangue, mas nem todos são medicados, só são medicados os que vão para a hidratação, mas eu vou consultar esses dados e dar uma resposta mais fidedigna se tem algum erro ou não, mas é isso mesmo, por exemplo, na dengue vai se dispensar poucos medicamentos, um analgésico, na Centro Oeste se você pegar uma infecção de garganta vai receber um analgésico, e um antitérmico, a soma aumenta, porque não é um paciente, é a quantidade de medicamentos., então, pode ser isso, hoje a UPA Sabará, basicamente, dispensa soro oral e analgésico, porque a dengue é basicamente esse o tratamento, já na UPA Centro-Oeste não, tem antibiótico, anti-inflamatório e assim por diante. Sônia Silva pede um esclarecimento em relação ao slide 44 sobre a Policlínica, pois queria saber porque foi incluído na primeira coluna da Policlínica os números, os índices que foram ali lançados, pois achou estranho porque diz logo abaixo que seria férias em janeiro, então não entendeu os números lançados com relação à fisioterapia, nutrição e a fono que estavam de férias, seria isso mesmo, eles apareceram com esses números lançados em janeiro, ao mesmo tempo não entendeu porque está como janeiro e como esses números apareceram. A diretora **Cláudia Denise** pede desculpa, na verdade a fonoaudióloga estava de férias em abril, por isso que o número é 98, são férias que acabam interferindo no número de atendimentos, são duas fonoaudiólogas e na ausência de uma houve uma diminuição, elas revezaram as férias e teve uma diminuição. A nutricionista teve atestado e férias, mas em fevereiro ela teve o atestado, por isso que a gente vê um volume bem pequeno de atendimento. A conselheira Sônia Silva diz que em janeiro, por exemplo, a Fisio teve 367, a Fono 105 e a nutricionista 23, então achou estranho que em janeiro houve férias e mesmo assim todos esses números foram lançados. Claudia responde o equívoco está embaixo, janeiro quem estava de férias era apenas a nutricionista, por isso que tem 23, é o rodapé que está errado, é que não foi só em janeiro as férias, nutricionista teve férias em janeiro, porém ela teve um atestado em fevereiro, é uma profissional. Quando ela retornou em março e abril, voltou o quantitativo de oferta. A Fono não teve 30 dias de férias, foi um pouco menos, por isso que ela mudou em abril, é o hábito de escrever janeiro, é que não se atentou atentei ao rodapé. Sônia Silva questiona se os três itens de janeiro não existem. Cláudia responde que não é de janeiro, na verdade teve uma em janeiro e a outra foi em abril, as férias da Fono foi em abril e a da nutricionista foi em janeiro, como a da psicóloga foi em fevereiro. Sônia questiona que no slide 51, observou que o total de partos realizados foram 803 e logo em seguida, no slide 52, aparecem os testes de pezinho, olhinho e coraçãozinho, mas se somar esses três itens vai dar 802 casos, sendo que foram 803 partos, então queria saber o seguinte, se esse um óbito, porque todo o número de vida prevalece, gostaria de saber o porquê e se também ele tem alguma associação com o slide 63 que é em relação aos óbitos maternos, porque ali aparece que tinha uma meta de 0,1 e daí aparece 0,2 então queria saber se tem alguma relação. Cláudia Denise responde que o número total de partos foi de 803, acontece que, às vezes, no nascimento, se a criança não nasce muito bem, por exemplo, com o apgar baixo e ela precisa ser transferida, e aí nem sempre há

tempo hábil de realizar alguns testes, o coraçãozinho é um, então pode ser que ocorreu uma transferência, e aí do número 802, como o teste da orelhinha que às vezes não dá certo, quem faz o teste da orelhinha é a fono, que não trabalha de sábado e domingo, então às vezes a mãe vai de alta e volta, isso é considerado como reteste, ou quando a criança não é do município, às vezes ela não nasce, vai de alta no final de semana, eles acabam não voltando para fazer, por isso o número não é tão igual do nascimento e teste, pode acontecer, mas não é muito significativo porque seriam essas circunstâncias que levam a uma pequena alteração, porque todos eles passam pelos testes do pezinho, da orelhinha, do coraçãozinho e da linguinha. A conselheira Sônia Silva questiona se estas possíveis situações não têm nenhuma relação com o slide 63 de casos de óbitos maternos. Cláudia Denise responde que não houve óbitos maternos na maternidade. A conselheira **Sônia Silva** questiona a que se refere o índice de óbitos maternos que aparece no relatório. Cláudia Denise responde que esses dados são do município. A conselheira Sônia Silva diz que gostaria de entender, porque lá aparece a meta 2004-01 e logo em seguida aparece um percentual de 0.2. Sônia Silva questiona sobre as reformas, pois só tem um caso de ampliação da UBS e do Irerê, então gostaria de saber sobre as obras previstas para o final de maio, se alguma coisa vai ser entregue, se já foi entregue e se tem uma previsão de quais delas vão ser entregues. A diretora Evilin Gorcks responde que das obras que estão em reforma, ou reforma e ampliação, a que está mais adiantada é a do Chefe Newton. A obra do Irerê precisou de um aditivo, alguns itens precisaram ser incluídos na planilha, então gerou também mais alguns dias para a conclusão, então é provável que o Chefe Newton e talvez o San Isidro, sejam entregues antes do Irerê. Não tem nenhuma obra para ser entregue, por exemplo, no começo desse mês, a previsão é mais para o final de junho, começo de julho, mas pode trazer na próxima reunião em que fase elas estão e quais vão inaugurar primeiro. A conselheira Sônia Silva diz que seria interessante para o conselho ter uma ideia, porque todos sabem que normalmente nunca fica dentro do prazo, mas pelo menos para o conselho ter uma noção de quando elas vão estar habilitadas. Seguindo com os trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta “Comissão Eleitoral da Nova Executiva”. A presidente Rosilene Machado questiona se os segmentos já trouxeram os nomes para indicar para compor a comissão eleitoral, foi solicitado isso nos grupos, porque no mês que vem tem que ter a eleição, então vai ser preciso formar a Comissão Eleitoral, trabalhar no regimento, aliás, no mês o conselho tem que aprovar o regimento na reunião. Como nenhum segmento apresentou os nomes, ficou acordado que os segmentos terão 15 dias para apresentar os nomes para compor a Comissão Eleitoral. Seguindo com os trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta “Informes”. A conselheira Nadya Pelizzari informa que no dia 18 de maio foi dia da luta antimanicomial, para lembrar para todos que isso ainda existe, está muito vivo e está tendo novos manicômios que são as comunidades terapêuticas, muitos dessas estão surgindo sem nenhum tipo de regulamentação, então o controle social tem que se preocupar, todos que se preocupam com atendimento humanizado, tem surgido locais que pegam a força as pessoas na rua e as trancam em locais insalubres. A conselheira Luciana Sumiwaga (APP Sindicato) informa que a Comissão de Saúde da Mulher está com duas vagas em aberto para o segmento de usuários, então gostaria que o segmento indicasse esses representantes. A presidente Rosilene Machado responde que o conselheiro Laurito vai puxar essa discussão no grupo dos usuários. A conselheira Ana Paula Cantelmo (ISCAL) informa que a Santa Casa e a HU estão dando retaguarda para os atendimentos de cardiologia, para a Central de Leitos e para o SAMU, pois houve uma indisponibilidade do serviço pelo Hospital Evangélico, então essa demanda está sendo distribuída entre o Hospital Universitário e a Santa Casa de Londrina, que já atendiam as especialidades de cardiologia e hemodinâmica, porém tiveram esse movimento intensificado em virtude da ausência e da indisponibilidade do serviço de

hemodinâmica do Hospital Evangélico, e traz essa informação aos conselheiros porque é um prestador importante, por outro lado, pede a compreensão, porque se existe já uma superlotação no HU e na Santa Casa a demanda da cardiologia e hemodinâmica vai aumentar, mas é importante falar que estão fazendo todos os esforços no sentido de dar conta do recado, já que é uma necessidade premente de retaguarda numa especialidade essencial. O senhor **Paulo** do Jardim União da Vitória faz uso da palavra e diz que tem uma reivindicação sobre os atendimentos, porque o posto do União da Vitória está em reforma e foi repassado os atendimentos para o Ouro Branco. Em março se reuniram com o Felipe Machado e ele garantiu que ia ter o atendimento daquela população do Jardim União da Vitória, do Nova Esperança e dos bairros que estão ali do lado, aí depois de alguns dias, no mesmo mês de março, isso foi retirado, e os pessoal passou a ser atendido lá na UPA do Sabará e do Jardim do Sol. Tem relatos de pessoas que saíram do União e foram para UPA e tiveram de passar a noite lá na UPA porque não tinha ônibus, porque os ônibus param meia-noite aproximadamente. E nessa última reunião que teve, no mês de março, teve até um vereador também que parece que se estressou lá, não sabe o que aconteceu, que não ajudou a população, mas ajudou o Felipe Machado e ficou contra a população. Então como representante do União gostaria de saber se o conselho pode ajudar, pois está um descaso lá no União da Vitória, como é do conselho não sabe se podem entrar dentro do posto para ver como está a reforma, se está no cronograma, estão proibidos de entrar lá, e até o pessoal do conselho também mandou falar isso, porque estão a ver navios, não sabem o que fazer com aquele posto do União da Vitória, pois se manda para o Dequech acaba que manda para um, vai para outro, vai para outro ele chega até lá na UPA do Jardim Sabará ou do Jardim do Sol, então queria ver se o conselho pode ajudar, porque estão jogados as traças lá no Conjunto União da Vitória, está um descaso com a população, então é essa sua reivindicação aqui, o Jurandir está sempre ajudando e brigando, a dona Marlene também sempre está ajudando a gente, então queria saber o que fazer, falaram que a reforma sai em julho, mas pelo que estão vendo não vai sair em julho. A presidente Rosilene Machado pede ao senhor Paulo que faça o contato com a Evilin que é diretora de planejamento da SMS, que é o local que também cuida das obras, mas a fiscalização é da Secretaria de Obras, a SMS também acompanha porque tem interesse que a obra fique logo pronta, porque para a gestão também é um problema. O que pode ser feito é marcar uma vez por semana, pelo menos, com os representantes para os acompanhar, entrar na obra, ver como é que está e conversar. Paulo questiona se os membros do CLS são realmente proibidos de entrar na obra. A presidente Rosilene Machado explica que para entrar em qualquer lugar uma pessoa tem de ter uma autorização, pois se entrar para conversar com o pedreiro cada um vai dar uma informação e, às vezes, até equivocada. Então, é bom entrar com uma organização, com alguém sabendo para poder te dar atenção e explicar o que está acontecendo, então é nesse sentido. E outra, por exemplo, em uma obra chega alguém lá e fala que não quer tal coisa de tal jeito, mas o pedreiro não vai poder fazer nada, ele vai ouvir falar que vai falar com o seu encarregado de organização, para ver se aquilo que a pessoa está reivindicando é uma natureza importante, então nada melhor que ir com a arquiteta que está acompanhando a obra, porque ela vai poder falar dos processos de aditivo, o que está dando errado, o que está dando certo, pode ser verificado isso também com o dono da empresa, então são contatos que se feitos de forma organizada, possibilita conseguir todas as informações desejadas, sendo que o entrar entrar na obra é até uma responsabilidade da empresa se qualquer coisa acontecer, por isso eles não querem que desconhecidos entrem, mas entrando com a SMS não tem problema. O senhor Paulo questiona sobre a UBS Ouro Branco e Itapuã, porque o Felipe não fez uma reunião e correu do conselho, porque ele não coloca na UBS Ouro Branco ou Itapuã para o pessoal que está ali no União e Nova Esperança não

ter de ficar se deslocando vários quilômetros até as UPA's do Sabará e do Jardim do Sol, pois o Ouro Branco é mais perto e dá uns dois quilômetros e meio do União, não seria muito difícil para o pessoal ir, mas as duas UPA's citadas são muito longe. A presidente **Rosilene Machado** responde que tem as justificativas, mas a Daniela da DAPS que é o setor que cuida da parte das unidades de saúde vai fazer uma conversa e ver o motivo da escolha e se dá para mudar e o que pode ser feito. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona se o pessoal da UBS União tem outro local para ir ou estão indo para a UPA por conta própria, pois a UBS é atenção primária e eles estão indo procurar uma atenção secundária, então esta conversa não está batendo. A presidente Rosilene Machado responde que a urgência que deveria ser na UPA, a UBS de referência não é a UPA. A servidora **Daniela (DAPS)** esclarece que a princípio, o planejamento do secretário era para que o atendimento da atenção básica ficasse no mesmo território, mas ocorreu que foram fazer uma visita junto com o Cleiton não encontraram um local para atendimento que comportasse o volume de atendimento que tem o União, porque até acharam um salão de uma igreja, um salão que estava lá para alocação, mas esse salão não comportava condições mínimas para o atendimento da população que não é pequena, então, a princípio, entenderam que a obra tinha que iniciar com uma certa agilidade e o deslocamento ser para a Unidade do Ouro Branco, como de fato aconteceu, porém coincidentemente entrou essa crise da epidemia de dengue e a região sul foi a mais afetada, tanto que explodiu em número de atendimentos no Itapoã, Cafezal, o próprio Ouro Branco, Pind, Pisa, então todas as unidades próximas que poderiam acolher a União da Vitória explodiram de atendimentos de dengue, então, neste momento, o que o secretário fez foi formar uma comissão e tomou a decisão pela garantia, no sentido dessa urgência em relação ao atendimento das pessoas, em relação a dengue, por isso que o Ouro Branco ficou como referência para dengue e a parte de atenção básica foi deslocada para o Jamile de Dequech, por conta da proximidade ali, embora se saiba que seja também um local pequeno, mas pelo menos está mais próximo e é só atravessar a rodovia que já chega no Jamile, mas tão logo que amenize essa situação da dengue, os atendimentos passarão para o Ouro Branco, ou se caso sair antes a reforma vai retornar tudo para a União, foi essa situação que aconteceu. A senhora **Marlene** relata que mora ao lado da UBS União da Vitória e há poucos dias foi buscar um remédio no Itapoã e eles não quiseram fornecer, falaram que não poderiam fornecer remédio, mas como não pode, todas as Unidades Básicas não podem fornecer o remédio nessa crise em que a UBS está reformando. E no Jamile Dequech é só consulta marcada, então não tem outros atendimentos, se for lá eles mandam lá no Sabará. A servidora Daniela questiona se a senhora Marlene estava munida de receita, tudo certinho, se não era uma receita controlada, todas essas questões de vencimento, porque a orientação para qualquer unidade no município de Londrina, não só Itapuã, é fornecer a medicação para qualquer paciente do município, essa é a orientação, mas vai pegar os dados e verificar com a unidade o que aconteceu, qual a orientação que está sendo dada e fazer essa correção, mas já adianta que qualquer pessoa pode pegar a medicação em qualquer unidade, independente, tendo a receita e ela sendo válida, com os critérios estabelecidos todos corretos, não há problema algum. A senhora Marlene relata que não tinha nenhum remédio para pressão, toma loratadina contínuo e eles não quiseram fornecer, aí no dia 24 vai passar em consulta com a doutora Mariana para pegar uma outra receita nova, porque sua receita é para um ano, vai vencer em setembro ainda e eles não quiseram fornecer o remédio, conseguiu o da pressão, mas o loratadina de uso contínuo não. Daniela responde que talvez o que tenha acontecido é que a SMS não tem loratadina de uso contínuo, não faz loratadina. A senhora Marlene responde que a sua receita é de uso contínuo. Daniela responde que precisa ver essa questão e ver o que aconteceu, pois ela não é uma medicação de uso contínuo. A senhora Marlene diz que pode fornecer a

receita para verificação. O conselheiro **José Giuliangeli** informa que no último dia 15 foi o dia da assistente social, então queria parabenizar os assistentes sociais pela data importante, uma data que é de uma categoria profissional que realmente faz uma grande diferença no Londrina, no Paraná e no Brasil. Zezinho que a que a Comissão de Acesso precisa urgentemente fazer a lavratura da ata da reunião em que a doutora Andressa esteve falando que tem mais de 9 mil pessoas esperando fisioterapia e não tem clínicas para atender, e que tem mais de 1.100 pessoas esperando uma órtese e prótese, e que existe uma fila imensa que não sabe quando vai conseguir entregar essas órteses e próteses. A presidente Rosilene Machado pede que o conselheiro faça um informe, isso ele pode encaminhar na Comissão de Acesso ao SUS. Zezinho responde que isso é um informe, pois quer informar ao CMS que faz um ano que estão precisando desses dados e que está fazendo três meses que a doutora Andressa foi lá, fez esse alerta e ainda não conseguiram lavrar esta ata porque o secretário esteve de férias. Então gostaria de fazer esse relato importante e essa informação para o CMS, que tem 9 mil pessoas sem fisioterapia na cidade e mais de 1.100 pessoas precisando de uma cadeira de rodas, de uma tala ou de uma prótese, do programa de prótese e órtese, e que está há um ano falando sobre esse tema. O conselheiro **Laurito Porto** informa que na última sexta-feira esteve UEL para falar para os alunos da formação em saúde que estagiam nos postos de saúde do município sobre o controle social, a acolhida foi muito boa e a receptividade e até a participação no final da palestra do pessoal que não sabia como participar no conselho. Não havendo mais assuntos a reunião é encerrada. Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva, revisada pela secretária Sandra Bavia e será assinada pela presidência do CMS após aprovação do plenário.

1	Gestor	Titular	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Rosilene Aparecida Machado	Presente
2	Gestor	Suplente	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Carlos Felipe Marcondes Machado	Ausente
3	Gestor	Titular	17ª Regional de Saúde	Maria Lúcia da Silva Lopes	Presente
4	Gestor	Suplente	17ª Regional de Saúde	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Ausente com Justificativa
5	Prestador	Titular	Hospital Evangélico de Londrina	Rúbia Isaltina Gomes de Souza dos Santos	Presente
6	Prestador	Suplente	Hoftalon - Centro de Estudos e Pesquisa da Visão	Nobuaqui Hasegawa	Presente
7	Prestador	Titular	Hospital do Câncer de Londrina	Manoela Germinari Pessoa	Ausente
8	Prestador	Suplente	Hospital do Câncer de Londrina	Leidiane dos Santos Mian	Ausente
9	Prestador	Titular	Hospital Vida	Adelson Pereira dos Santos Júnior	Ausente com Justificativa
10	Prestador	Suplente	Irmandade Santa Casa de Londrina	Ana Paula Cantelmo Luz	Presente

11	Prestador	Titular	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Rita de Cássia Domansky	Presente
12	Prestador	Suplente	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Vivian Biazon El Reda Feijó	Ausente com Justificativa
13	Prestador	Titular	Hospital da Zona Norte	Reilly Aranda Lopes	Presente
14	Prestador	Suplente	Hospital da Zona Sul	Geraldo Júnior Guilherme	Presente
15	Trabalhador	Titular	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina	Pilar Nadir Alvarez Soldório	Ausente
16	Trabalhador	Suplente	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina	Marco Antônio Modesto	Presente
17	Trabalhador	Titular	Sindprevs	Lincoln Ramos e Silva	Ausente com justificativa
18	Trabalhador	Suplente	Sindprevs	Luis Alfredo Gonçalves	Presente
19	Trabalhador	Titular	Sindsaúde	Roberto da Silva Rodrigues	Ausente
20	Trabalhador	Suplente	Sindsaúde	Alessandro Luís Rodrigues	Presente
21	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Fisioterapia	José Giuliangeli de Castro	Presente
22	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Farmácia	Ester Massae Dalla Costa	Ausente com Justificativa
23	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Psicologia	Nadya Christiane Silveira Pellizari	Presente
24	Trabalhador	Suplente	<i>Sem indicação</i>		
25	Trabalhador	Titular	CRESS	Cristiane de Godoy Zimmer	Presente
26	Trabalhador	Suplente	CRESS	Ana Paula Gracindo	Presente
27	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Educação Física	Geder Harami Harami	Presente
28	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Odontologia	Lázara Regina de Resende	Presente
29	Usuário	Titular	CONLESTE	Edvaldo Viana	Presente
30	Usuário	Suplente	CONLESTE	Marco Antônio Butarello	Presente
31	Usuário	Titular	FECAMPAR	Vaine Teresinha Pizolloto Marques	Presente

32	Usuário	Suplente	FECAMPAR	Ana Paula Nunes Viotto	Ausente
33	Usuário	Titular	Pastoral da Saúde	Cirlete Marcondes de Oliveira Pelegrinelli	Presente
34	Usuário	Suplente	Pastoral da Saúde	Joselaine Aparecida Ozaki	Ausente
35	Usuário	Titular	AUETO	Fansley Cristina Silva	Presente
36	Usuário	Suplente	AUETO	Isabela Cunha	Ausente
37	Usuário	Titular	ASSEMPA	Rosalina Batista	Ausente com Justificativa
38	Usuário	Suplente	ASSEMPA	Luzia Cristina Sampaio	Ausente
39	Usuário	Titular	CONSASLON	Vavá	Ausente com Justificativa
40	Usuário	Suplente	CONSASLON	Adriane Aparecida Loper	Presente
41	Usuário	Titular	APP Sindicato	Luciana Toshie Sumiwaga	Presente
42	Usuário	Suplente	APP Sindicato	Bruno César Garcia	Ausente com Justificativa
43	Usuário	Titular	ASSUEL	Adriana Gonçalves de Oliveira	Ausente
44	Usuário	Suplente	ASSUEL	Alexandre Casanatto	Ausente
45	Usuário	Titular	Central Única dos Trabalhadores	Eunice Tieko Miyamoto	Presente
46	Usuário	Suplente	Central Única dos Trabalhadores	Carlos Choji Kotinda	Ausente
47	Usuário	Titular	SEEB	Laurito Porto de Lira Filho	Presente
48	Usuário	Suplente	SEEB	Regina Ferreira de Souza	Ausente
49	Usuário	Titular	SINDNAPI	Jurandir Pinto Rosa	Presente
50	Usuário	Suplente	SINDNAPI	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente
51	Usuário	Titular	UNIMOL	Ângelo Barreiros	Presente
52	Usuário	Suplente	UNIMOL	Custódio Rodrigues do Amaral	Presente
53	Usuário	Titular	AMICAS	Gislaine Dias Elias	Presente

54	Usuário	Suplente	AMICAS	Rita de Cássia Barbosa	Ausente
55	Usuário	Titular	UGT	Jonathas Dias de Moura	Ausente com Justificativa
56	Usuário	Suplente	UGT	Sônia de OLiveira Silva	Presente

Rosilene Aparecida Machado
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina



Documento assinado eletronicamente por **Rosilene Aparecida Machado, Presidente do Conselho Municipal de Saúde**, em 25/06/2024, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13106418** e o código CRC **F631F5A2**.